

Segurança na Era Digital:
Smartpower e Noopolitik
na Sociedade de Rede

A Maré Rosa
sul-americana
e a ascensão da
esquerda no Brasil

A Grande Estratégia
Americana

Cooperation and conflict
in the early Sino-Soviet
relations

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

WWW.

Vol.2 - No.4 | ISSN 2318-9711

● COSMOPOLITICO ●

INEST - UFF | RELAÇÕES INTERNACIONAIS .COM

Jornadas de Junho:

“Garantia da Lei e da ordem pelos Militares e os novos dilemas das relações civis-militares na Democracia brasileira”

por Igor D.P. Acácio





UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor da UFF : Sidney Mello



INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Diretor do INEST: Prof Dr. Eurico de Lima Figueiredo

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Chefe do Departamento: Prof. Dr. Thiago Rodrigues

Vice-chefe do Departamento: Prof. Dr. Adriano Freixo

COORDENAÇÃO D'O COSMOPOLÍTICO:

CENTRO ACADÊMICO SERGIO VIEIRA DE MELLO

CASViM

Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello
sapientia potentia est

Universidade Federal Fluminense - UFF | Instituto de Estudos Estratégicos (INEST)
Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (DEI)
Graduação de Relações Internacionais | Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello (CASViM)
Endereço: Campus do Valonguinho - Alameda Prof. Barros Terra,
s/n - 2º Andar, Centro - 24020-150 - Niterói - RJ
E-mail: ocosmopolitico@gmail.com | Site: www.ocosmopolitico.com

Expediente Staff

O Cosmopolítico | Ano 2 - 4ª Edição
Niterói, RJ - Abril/Maio 2014

CONSELHO EXECUTIVO

Murilo Gomes da Costa
Editor-Chefe | Editor-in-Chief

Nicole Abreu
Editora Executiva | Executive Editor

Brunna Barros
Editora Consultiva | Consulting Editor

Victor Brito
Editor Científica | Academic Editor

REVISORES

Thiago Pacheco
Nicole Abreu
Julia Bittencourt

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo

Prof. Dr. Luíz Pedone (UFF)

Prof. Dr. Adriano de Freixo (UFF)

Prof. Dr. Frederico Costa (UFF)

Prof. Dr. Fernando Roberto (UFF)

Prof. Dr. Vágner Camilo (UFF)

Prof. Dr. Thomas Heye (UFF)

Prof. Dr. Victor Leandro (UFF)

Prof. Dr. Alex Jobim (UFF)

Prof. Dr. Gabriel Passetti (UFF)

Prof. Dr. Marcio Rocha (UFF)

Prof. Dr. Renato Petrocchi (UFF)

Universidade Federal Fluminense - UFF | Instituto de Estudos Estratégicos (INEST)
Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (DEI)
Graduação de Relações Internacionais | Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello (CASViM)
Endereço: Campus do Valonguinho - Alameda Prof. Barros Terra,
s/n - 2º Andar, Centro - 24020-150 - Niterói - RJ
E-mail: ocosmopolitico@gmail.com | Site: www.ocosmopolitico.com
Projeto Gráfico: Murilo Gomes da Costa

SUMÁRIO

EDITORIAL

#1964QUATRO

CAPA

Jornadas de Junho:

“Garantia da Lei e da ordem pelos Militares e os novos dilemas das relações civis-militares na Democracia brasileira”

Resenha

Resenha do livro “As conferências pan-americanas (1889-1928): identidades, união aduaneira e arbitragem”

ARTIGOS

A Grande Estratégia Americana

por Leonam dos Santos Guimarães

A Maré Rosa Sul-americana e a ascensão da esquerda no Brasil

por Ariane Costa dos Santos

Cooperation and conflict in the early Sino-Soviet relations

por Jorge Njal

Segurança na Era digital: “SMARTPOWER” E “NOOPOLITIK” na sociedade de rede

por Caio Cesar da Silva Rebelo , Gabriella Nunes da Silva e Renato Borges Macedo

CULTURA

Música da Edição:
“Cálice” [Chico Buarque e Gil]
[Análise] de Filme:

VIETNÃ: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE UMA GUERRA “POR VOCÊ, POR MIM”

[Crônica]: O ser humano é um ser caótico

OPORTUNIDADES

Cosm[o]portunidades

#AIESEC

EDITORIAL

2014

#196 QUATRO

QUARTA edição. Dois mil e QUATRO. Mil novecentos e sessenta QUATRO. Essa edição, editada e lançada no dia 01/04/2014 não é uma mentira. Nessa edição, espera-se que os leitores possam refletir acerca do impacto de um regime político centralista e militarizado, onde as liberdades fundamentais do SER HUMANO foram suprimidas em nome de políticas e concepções IDEOLÓGICAS.

Nas páginas a seguir, nossos leitores poderão aventurar-se por artigos, resenhas, músicas, filmes, dentre outros conteúdos buscarão demonstrar a importância do fazer político com a transparência. **LEIA. REFLITA. DISCORDE.**
DEBATA. NÃO DEIXE ACONTECER OUTRA VEZ.

Trato de realizar, nestas breves páginas, um modesto esforço interpretativo da recente conjuntura brasileira. Analiso, assim a resposta institucional do Estado brasileiro ao que foi dito e sentido nas ruas do país durante o ano de 2013 e já os primeiros meses de 2014, buscando entender possíveis efeitos nas relações civis-militares e na democracia brasileira. Como toda análise de conjuntura, este texto possui limitações temporais e não se presta, também, ao necessário papel de realizar uma revisão histórica do papel dos militares na política brasileira ou mesmo uma revisão teórica da literatura sobre relações civis-militares. Exponho, então, algumas inquietações.

As manifestações de junho de 2013, também chamadas de "Jornadas de Junho", podem ter iniciado um processo de transformação do Brasil. Elas parecem ter mudado a forma como as pessoas se relacionam com a política, a forma como entendem a representação política e como deve ser a provisão de serviços públicos. A popularidade do governo do Partido dos Trabalhadores caiu instantaneamente à época, segundo os mais tradicionais institutos de pesquisa, como IBOPE e Datafolha, mas se recupera em meio à já antecipada corrida eleitoral para 2014. Houve discursos sobre a necessidade de reforma política, também por um pacto para melhoria da mobilidade urbana, mas seguiu-se um rápido fechamento do sistema político, conforme aponta José Maurício Domingues (2013). Mas o elemento daquelas manifestações que mais assustou as audiências interna e externa foi a repressão policial, já bastante conhecida nas periferias e morros, com alta letalidade e autos de resistência, e que chegou ao asfalto na forma da munição não letal e bombas de gás atiradas numa classe média que protestava para obter os serviços públicos "padrão-fifa", ou seja, com a mesma qualidade e organização exigidos pela Federação Internacional de Futebol ao Estado brasileiro para as instalações da Copa do Mundo. Forças Armadas Brasileiras. Cabe, pois, narrar o que tem acontecido nessa seara, no intuito de compreender o tamanho da ruptura pela qual o país parece passar nesse momento.



Durante o regime militar brasileiro (1964-1985), a prioridade da função de defesa era a interna. O objetivo dos militares passou a ser a contenção do comunismo internacional, representado pelo que estes afirmavam ser seus agentes no Brasil, estudantes e trabalhadores que haviam optado pela resistência armada ao regime militar. O papel da defesa contra ameaça externa encolheu naquele período, dado que esta se garantia com o alinhamento um geopolítico aos EUA.

A partir de 1985, com a nova república e a carta constitucional que dela adveio, em 1988, iniciou-se um longo processo, ainda em andamento, em que os líderes civis passaram a se assenhorear, não sem resistências, da política de defesa. Os militares mantiveram uma série de áreas sob sua responsabilidade, como aponta Jorge Zaverucha (2009). Por exemplo, pelo artigo 144 da Constituição Federal, as Polícias Militares, responsabilidade dos estados da federação, são consideradas Forças Armadas Auxiliares e, portanto, obrigadas por lei a copiarem o modelo de organização do Exército, conforme aponta Luiz Eduardo Soares. Por outro lado, fora mantida a figura da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), ou seja, a possibilidade de, na falha das instituições brasileiras, haver ação episódica dos militares convocados pelo poder civil para reestabelecer a ordem pública. A tipificação fora mantida ambígua por força dos militares, mas a construção social desde sobre o papel dos militares na nova república era que essas ações seriam secundárias e tidas como "função subsidiária". Uma série de avanços na obtenção de um controle civil sobre os militares têm sido obtidos. Um Ministério da Defesa fora criado em 1999, depois de um largo processo de resistência burocrática dos militares, como aponta Eliezer Rizzo (2004), sendo extintos os Ministérios individuais para as Forças.

A pasta foi ocupada por ministros cujo interesse era reduzido pela pasta, como Élcio Álvares e Geraldo Quintão, ou por indivíduos cujas relações com os militares não eram boas, Waldir Pires e José Viegas. O processo rumo a um controle civil foi intensificado pelo lançamento de duas Políticas Nacionais de Defesa (uma em 1996 com conteúdo generalista e outra em 2005 - já no governo do PT) - e, em 2008, sob a gestão do longo ministro Nelson Jobim, na elaboração de uma Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2008), documento produzido em colaboração entre civis e militares que define as prioridades da política de defesa. Tratava-se, pois, de um afastamento à Doutrina de Segurança Nacional do tempo dos militares, aquela sim um documento prescritivo e formulado a portas fechadas por governo autoritário. O papel dos militares na END é aquele voltado para a defesa externa e promoção - via proteção - do desenvolvimento, encarando sua ação na segurança pública como episódica.

Enquanto tarefa subsidiária, durante todos esses anos da Nova República, as forças armadas atuaram, sob convocação do Presidente da República, para garantir eleições em rincões do país ou mesmo na garantia da segurança de eventos internacionais como a ECO 92 e a Rio + 20, ou mesmo atuando em caso de greve das polícias nos estados. Também a experiência do exército brasileiro em terreno urbano contribuiu efetivamente para atuação brasileira no Haiti, em missão desempenhada desde 2004. O treinamento de contingente para operar em terreno urbano, e uma situação de caos na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, levou a que o Exército e Fuzileiros Navais fossem empregados na ocupação do Complexo de Favelas do Alemão, em 2010.

Em 2012, o lançamento do Livro Branco de Defesa (BRASIL, 2012) parecia consolidar o controle civil sobre os militares, com um detalhamento ímpar das prioridades na política de defesa, em especial as já supracitadas missões de defesa contra ameaças externas e de promoção do desenvolvimento nacional (ACÁCIO, 2013).

Entretanto, as manifestações de 2013 e a resposta dada pelas Forças Armadas, com o lançamento de um manual de operações de garantia da lei e da ordem pode indicar duas coisas, uma positiva e outra negativa. Há, um lado positivo, pois há anos se cobra dos militares uma definição dos parâmetros de ação para operações de garantia da lei e da ordem.

O lado negativo diz respeito ao conteúdo do documento e a simbologia contida em seu lançamento, a seis meses da Copa do Mundo. O documento, assinado pelo Ministro da Defesa, pode significar uma mudança doutrinária das forças armadas, voltando-se ao espectro de ação interna. Conforme o texto, são consideradas "forças oponentes" a serem combatidas:

movimentos ou organizações; organizações criminosas, quadrilhas de traficantes de drogas, contrabandistas de armas e munições, grupos armados etc; pessoas, grupos de pessoas ou organizações atuando na forma de segmentos autônomos ou infiltrados em movimentos, entidades, instituições, organizações ou em OSP, provocando ou instigando ações radicais e violentas; e indivíduos ou grupo que se utilizam de métodos violentos para a imposição da vontade própria em função da ausência das forças de segurança pública policial. (BRASIL, 2013, p.29)

Assim sendo, esse documento elencava também as principais atuações previstas para uma operação GLO, a saber a garantia das eleições, ações de organizações criminosas contra pessoas ou patrimônio, incluindo os navios de bandeira brasileira e plataformas de petróleo e gás na plataforma continental brasileira; bloqueio de vias públicas de circulação; depredação do patrimônio público e privado; distúrbios urbanos; invasão de propriedades e instalações rurais ou urbanas, públicas ou privadas; paralisação de atividades produtivas; paralisação de serviços críticos ou essenciais à população ou a setores produtivos do país; sabotagem nos locais de grandes eventos; e saques de estabelecimentos comerciais. Trata-se, pois, de uma conjugação de aspectos já estabelecidos como tradicionais da ação dos militares na segurança pública, com a realidade observada nas Jornadas de Junho, momento em que, houve, também, protestos violentos por parte da população, em que surgiram os "Black Blocks", termo agora incorporado à gramática política brasileira pelos noticiários. Ressalte-se que houve uma resistência acentuada de setores acadêmicos e sociais ao conteúdo do referido documento, por exemplo a posição de Alexandre Fuccile (2014), que aponta os perigos de ter um manual militar que iguale movimentos sociais como "forças oponentes" e as iguale a criminosos. Foi lançada, assim, uma nova versão, em fevereiro de 2014. Esta possui avanços, a saber, a disponibilização de um endereço de correio eletrônico para sugestões de aperfeiçoamento. Elementos do documento de 2013 também foram retirados na versão mais atual, em especial aqueles que fazem referência aos grandes eventos e as ações relacionadas a saques.

A opção foi por manter elementos mais abrangentes e tradicionais às ações das Forças Armadas na segurança pública (BRASIL, 2014, p.15).

Há, entretanto, elementos preocupantes: termo "forças oponentes" e seus significados supracitados também desaparecem, mas dão lugar a uma vaga definição de principais ameaças: "A tropa empregada numa Op GLO poderá fazer face a atos ou tentativas potenciais capazes de comprometer a preservação da ordem pública ou ameaçar a incolumidade das pessoas e do patrimônio" (BRASIL, 2014, p.28).

Perceba-se que, apesar das mudanças no documento sobre GLO, o quão temerário é tornar uma prioridade, para as Forças Armadas de um país como o Brasil, a sua atuação enquanto polícia. O mais problemático é que, quando a prioridade era a segurança interna anteriormente, tratava-se de uma ditadura militar. Pensávamos que esse fantasma de ver soldados cuja missão é matar o inimigo policiando as ruas já tivesse passado, uma vez chegada a democracia, mas parece que, atingido um controle dos militares - já que estes não parecem querer se assenhorear dos desígnios políticos do país -, é por ordem dos civis que os militares podem ter sua missão transformada. A presidenta Dilma Rousseff, municiada de pesquisas que apontam um retorno dos protestos no período da Copa do Mundo, pode ordenar que os militares retornem às ruas para participar dos esquemas de segurança do evento. Convocar os militares para agir em ações de segurança pública é não só um sinal da inabilidade brasileira na provisão segurança pública e de lidar com protestos dentro de um "framework" adequado, mas também pode levar ao que a literatura estrangeira sobre o tema das relações civis-militares chama de "mission creep", traduzida vagamente como quebra ou mudança de missão das Forças Armadas.

Ademais, o quadro se agrava porque a repressão policial a esse megaevento não sinaliza diminuição, dado que as polícias militares estaduais também se comportam enquanto soldados que querem matar o inimigo, em detrimento de manter a segurança de cidadãos, como seria próprio de uma democracia. Trata-se, pois, com todas as ressalvas a serem feitas por uma análise feita ainda sem o devido distanciamento histórico, de um cenário em que se conjugam duas de duas lógicas perigosas e prejudiciais à democracia brasileira: a primeira, uma militarização das questões da segurança pública, dado que há as polícias militares estaduais, e a outra, sinalizada pelo documento aqui abordado, com uma anacrônica "policização" das Forças Armadas.

Referências citadas

ACÁCIO, Igor Daniel Palhares. Polaridade Regional e Percepção de Ameaças: Comparando as Políticas de Defesa de África do Sul, Brasil e Índia. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Paz, segurança para o Brasil. 2ª Ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. Livro Branco da Defesa Nacional. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/bdn.pdf>>. Acesso em 01/02/2014

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria Normativa nº 186, de 31 de janeiro de 2014. Dispõe sobre a publicação "Garantia da Lei e da Ordem".. Garantia da Lei e da Ordem. 2. ed. Brasília, DF, 03 fev. 2014. p. 1-64. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/mes02/md33_m_10_glo_2ed_2014.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. Democracia e Defesa Nacional: A criação do Ministério da Defesa na Presidência de FHC.. 1. ed. Barueri, SP: Manole, 2004. v. 1. 566p.

ZAUERUCHA, Jorge . The 'Guaranteeing Law and Order Doctrine' and the increased role of the Brazilian Army in activities of public security. In: PINS, Joám Evans. (Org.). Brazilian Defense Policies: Current Trends and Regional Implications. 1a.ed.London: Dunkling Books, 2009, v. , p. 177-202.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria Normativa nº 3461, de 19 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a publicação "Garantia da Lei e da Ordem".. Garantia da Lei e da Ordem. 1. ed. Brasília, DF, 20 dez. 2013. p. 1-68. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33_m_10_glo_1_ed2013.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2014.

DOMINGUES, José Maurício Las movilizaciones de junio de 2013: explosión fugaz o nuevíssima historia de Brasil?. Observatorio Social de América Latina, v. 34, p. 63-73, 2013. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf>>. Acesso em 30 jan 2014

FUCCILLE, Alexandre . 'Qual é a direção política das Forças Armadas?' (artigo de opinião sobre o novo manual 'Garantia da Lei e da Ordem'). Carta Capital, São Paulo (SP), 04 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/qual-e-a-direcao-politica-das-forcas-armadas-5086.html>>. Acesso em 04 fev 2014.

GOMES, Simone. Black Bloc discussion and the radicalisation of debate in Brazil's public sphere. Open Democracy. Londres, p. 1-1. 06 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/simone-da-silva-ribeiro-gomes/black-bloc-discussion-and-radicalisation-of-debate-in-brazil-s-public>>. Acesso em: 04 jan. 2013.

Igor Acácio é bacharel da primeira turma de Relações Internacionais (habilitação Estudos Estratégicos) pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente, é Doutorando e Mestre em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). O autor agradece a atenção do prof. Octavio Amorim Neto e dos colegas Cecília Soares, Fernando Brancoli, Simone Gomes.



O COSMOPOLÍTICO

RELAÇÕES INTERNACIONAIS



CASViM

Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello

O Cosmopolítico

139 curtiram · 79 falando sobre isso

✓ Curtiu

Revista
Periódico eletrônico da graduação de Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense (UFF), organizado pelo Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello (CASVM).

Sobre

Fotos

VEJA NOSSAS PUBLICAÇÕES NO



VISITE O SITE DO CASVM

19

Opções "Curtir"

FIQUE POR DENTRO DAS PUBLICAÇÕES DO **COSMOPOLÍTICO** NAS REDES SOCIAIS



facebook.com/ocosmopolitico

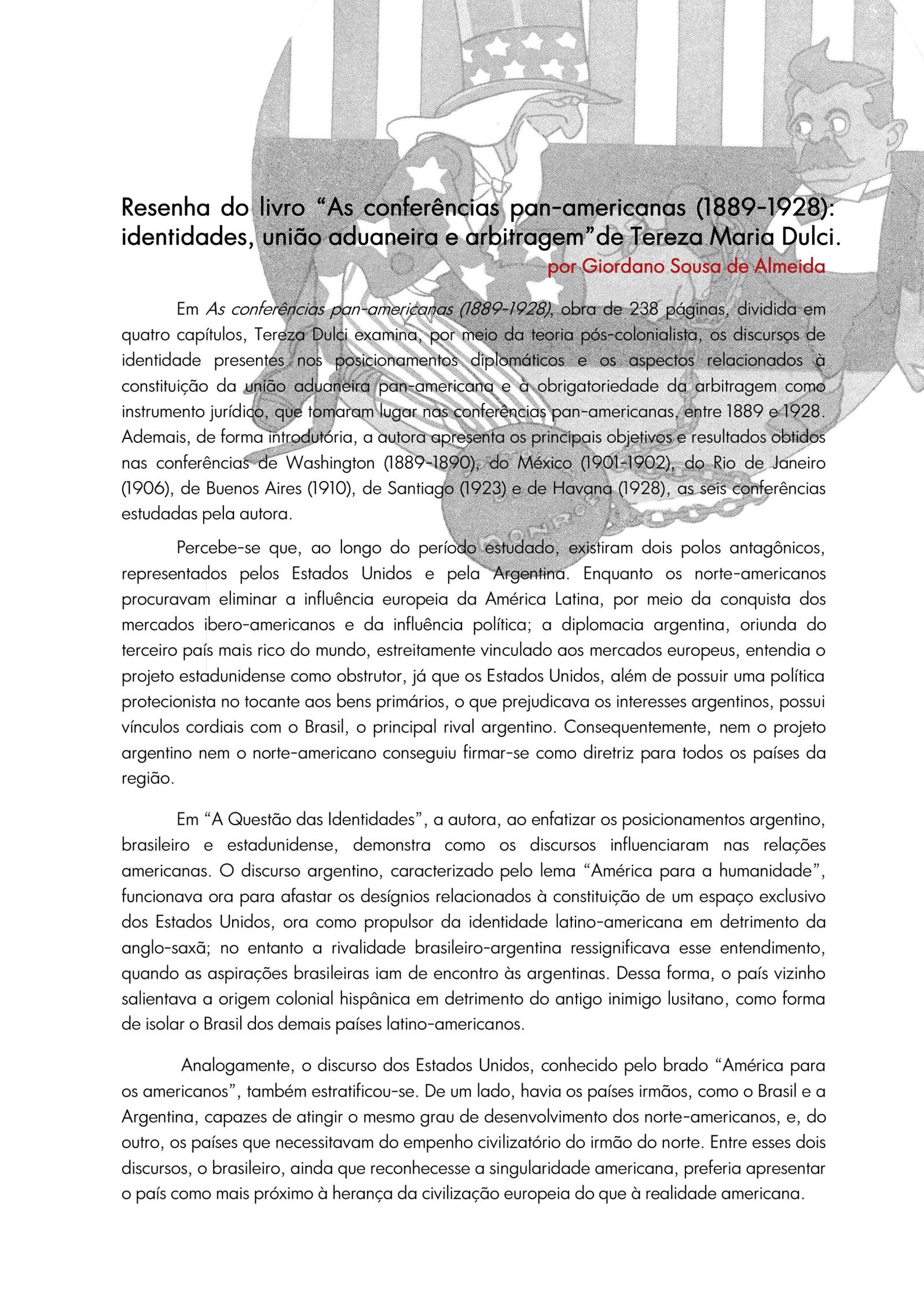


twitter.com/ocosmopolitico



issuu.com/ocosmopolitico

ocosmopolitico.com



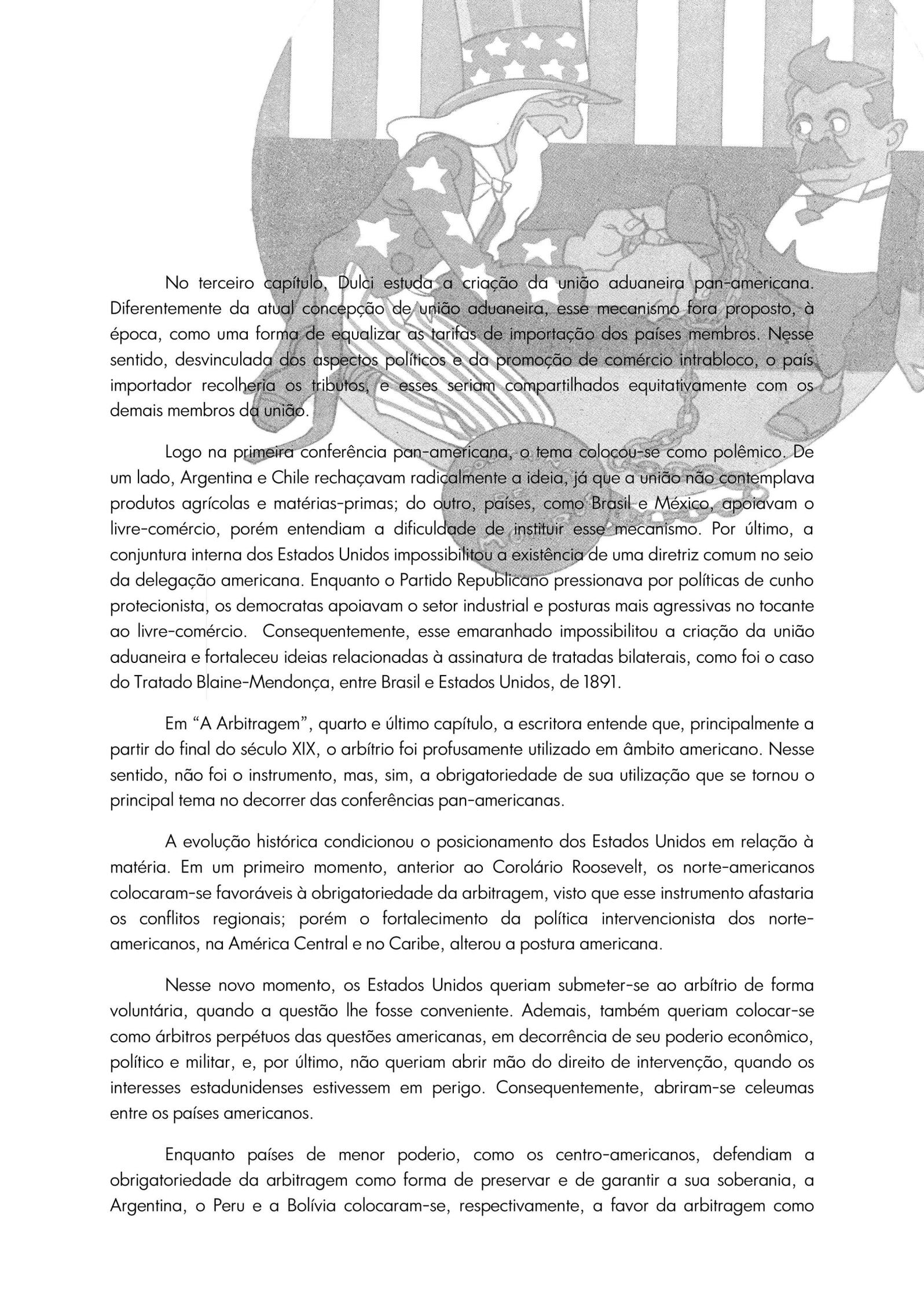
Resenha do livro “As conferências pan-americanas (1889-1928): identidades, união aduaneira e arbitragem” de Tereza Maria Dulci. por **Giordano Sousa de Almeida**

Em *As conferências pan-americanas (1889-1928)*, obra de 238 páginas, dividida em quatro capítulos, Tereza Dulci examina, por meio da teoria pós-colonialista, os discursos de identidade presentes nos posicionamentos diplomáticos e os aspectos relacionados à constituição da união aduaneira pan-americana e à obrigatoriedade da arbitragem como instrumento jurídico, que tomaram lugar nas conferências pan-americanas, entre 1889 e 1928. Ademais, de forma introdutória, a autora apresenta os principais objetivos e resultados obtidos nas conferências de Washington (1889-1890), do México (1901-1902), do Rio de Janeiro (1906), de Buenos Aires (1910), de Santiago (1923) e de Havana (1928), as seis conferências estudadas pela autora.

Percebe-se que, ao longo do período estudado, existiram dois polos antagônicos, representados pelos Estados Unidos e pela Argentina. Enquanto os norte-americanos procuravam eliminar a influência europeia da América Latina, por meio da conquista dos mercados ibero-americanos e da influência política; a diplomacia argentina, oriunda do terceiro país mais rico do mundo, estreitamente vinculado aos mercados europeus, entendia o projeto estadunidense como obstrutor, já que os Estados Unidos, além de possuir uma política protecionista no tocante aos bens primários, o que prejudicava os interesses argentinos, possui vínculos cordiais com o Brasil, o principal rival argentino. Conseqüentemente, nem o projeto argentino nem o norte-americano conseguiu firmar-se como diretriz para todos os países da região.

Em “A Questão das Identidades”, a autora, ao enfatizar os posicionamentos argentino, brasileiro e estadunidense, demonstra como os discursos influenciaram nas relações americanas. O discurso argentino, caracterizado pelo lema “América para a humanidade”, funcionava ora para afastar os desígnios relacionados à constituição de um espaço exclusivo dos Estados Unidos, ora como propulsor da identidade latino-americana em detrimento da anglo-saxã; no entanto a rivalidade brasileiro-argentina ressignificava esse entendimento, quando as aspirações brasileiras iam de encontro às argentinas. Dessa forma, o país vizinho salientava a origem colonial hispânica em detrimento do antigo inimigo lusitano, como forma de isolar o Brasil dos demais países latino-americanos.

Analogamente, o discurso dos Estados Unidos, conhecido pelo brado “América para os americanos”, também estratificou-se. De um lado, havia os países irmãos, como o Brasil e a Argentina, capazes de atingir o mesmo grau de desenvolvimento dos norte-americanos, e, do outro, os países que necessitavam do empenho civilizatório do irmão do norte. Entre esses dois discursos, o brasileiro, ainda que reconhecesse a singularidade americana, preferia apresentar o país como mais próximo à herança da civilização europeia do que à realidade americana.



No terceiro capítulo, Dulci estuda a criação da união aduaneira pan-americana. Diferentemente da atual concepção de união aduaneira, esse mecanismo fora proposto, à época, como uma forma de equalizar as tarifas de importação dos países membros. Nesse sentido, desvinculada dos aspectos políticos e da promoção de comércio intrablocos, o país importador recolheria os tributos, e esses seriam compartilhados equitativamente com os demais membros da união.

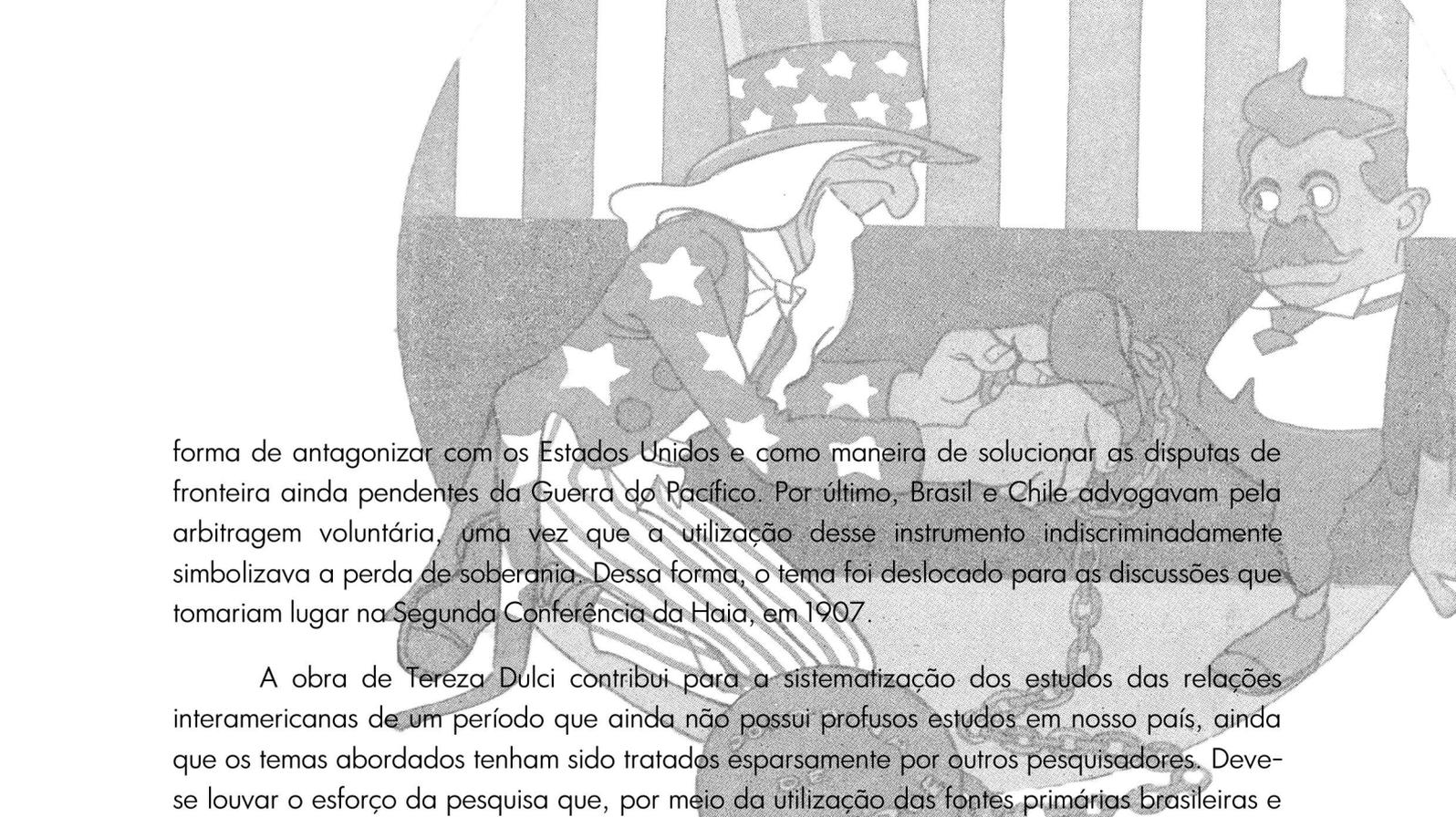
Logo na primeira conferência pan-americana, o tema colocou-se como polêmico. De um lado, Argentina e Chile rejeitavam radicalmente a ideia, já que a união não contemplava produtos agrícolas e matérias-primas; do outro, países, como Brasil e México, apoiavam o livre-comércio, porém entendiam a dificuldade de instituir esse mecanismo. Por último, a conjuntura interna dos Estados Unidos impossibilitou a existência de uma diretriz comum no seio da delegação americana. Enquanto o Partido Republicano pressionava por políticas de cunho protecionista, os democratas apoiavam o setor industrial e posturas mais agressivas no tocante ao livre-comércio. Conseqüentemente, esse emaranhado impossibilitou a criação da união aduaneira e fortaleceu ideias relacionadas à assinatura de tratadas bilaterais, como foi o caso do Tratado Blaine-Mendonça, entre Brasil e Estados Unidos, de 1891.

Em “A Arbitragem”, quarto e último capítulo, a escritora entende que, principalmente a partir do final do século XIX, o arbítrio foi profusamente utilizado em âmbito americano. Nesse sentido, não foi o instrumento, mas, sim, a obrigatoriedade de sua utilização que se tornou o principal tema no decorrer das conferências pan-americanas.

A evolução histórica condicionou o posicionamento dos Estados Unidos em relação à matéria. Em um primeiro momento, anterior ao Corolário Roosevelt, os norte-americanos colocaram-se favoráveis à obrigatoriedade da arbitragem, visto que esse instrumento afastaria os conflitos regionais; porém o fortalecimento da política intervencionista dos norte-americanos, na América Central e no Caribe, alterou a postura americana.

Nesse novo momento, os Estados Unidos queriam submeter-se ao arbítrio de forma voluntária, quando a questão lhe fosse conveniente. Ademais, também queriam colocar-se como árbitros perpétuos das questões americanas, em decorrência de seu poderio econômico, político e militar, e, por último, não queriam abrir mão do direito de intervenção, quando os interesses estadunidenses estivessem em perigo. Conseqüentemente, abriram-se celeumas entre os países americanos.

Enquanto países de menor poderio, como os centro-americanos, defendiam a obrigatoriedade da arbitragem como forma de preservar e de garantir a sua soberania, a Argentina, o Peru e a Bolívia colocaram-se, respectivamente, a favor da arbitragem como



forma de antagonizar com os Estados Unidos e como maneira de solucionar as disputas de fronteira ainda pendentes da Guerra do Pacífico. Por último, Brasil e Chile advogavam pela arbitragem voluntária, uma vez que a utilização desse instrumento indiscriminadamente simbolizava a perda de soberania. Dessa forma, o tema foi deslocado para as discussões que tomariam lugar na Segunda Conferência da Haia, em 1907.

A obra de Tereza Dulci contribui para a sistematização dos estudos das relações interamericanas de um período que ainda não possui profusos estudos em nosso país, ainda que os temas abordados tenham sido tratados esparsamente por outros pesquisadores. Deve-se louvar o esforço da pesquisa que, por meio da utilização das fontes primárias brasileiras e de fontes secundárias brasileiras, argentinas e norte-americanas, conseguiu perceber a inter-relação entre o poder das ideias e a atuação internacional. O retorno às obras originais dos diplomatas desse período, como as de Joaquim Nabuco e as de Salvador de Mendonça, contribuiu para adensar a compreensão da racionalidade da política externa brasileira, no momento em que a Argentina possuiu exacerbada influência internacional, principalmente na região do Cone Sul, e o Brasil viveu seus primeiros anos como nação republicana, ainda titubeante a respeito de sua tradição diplomática imperial, o que posteriormente foi equacionado pelo Barão do Rio Branco. Dessa forma, Dulci aponta interessantes caminhos de pesquisa, caso se queira entender de que forma as percepções de si e do outro informam o comportamento diplomático dos países.

Ademais, em um momento em que as relações interamericanas parecem esquecidas pela grande mídia ou ainda se resumem a discussões político-partidárias, o trabalho de Dulci, por meio do método histórico, demonstra que existe uma lógica própria no desenvolvimento das relações internacionais interamericanas. Coerência essa que prevaleceu nas discussões de Chapultepec, em 1945, persistiu, ainda que mitigada, na Conferência de Punta del Leste, em 1962, e ainda sobrevive, atualmente, quando os Estados Unidos, a única superpotência do sistema internacional, não conseguiram impor seu desejo por meio da criação da Área de Livre Comércio das Américas, ou ainda não conseguem sufocar iniciativas ou ideologias contrárias a sua supremacia em seu continente. 



ARTIGOS CIENTÍFICOS

Cooperation and conflict in the early Sino-Soviet relations

Jorge Njal

Mestrando em História do Mundo

Instituto de Estudos Africanos

Universidade Normal de Zhejiang - China

ABSTRACT

This research seeks to historically contextualize contemporary China-Russia relations, which in 2013 witnessed important developments in the post-Cold War period. The study highlights that focus of the current improvement of ties between the two countries is different from that of the past. Whereas in the 1950s it was the economic aid and ideological conflict, today economy and security dominate the Sino-Russian linkage.

INTRODUCTION

Sino-Russian ties experienced between March 2013 and February 2014 eight high-level visits and meetings between the top leaders, bilaterally and multilaterally. In March 2013 the newly appointed President of China, Xi Jinping, paid a state visit to Russia where he met with the Russian President, Vladimir Putin. The two leaders shortly met again in Durban, South Africa, on the sidelines of the BRICS summit. The third encounter happened during the G20 meeting in St. Petersburg, Russia, in early September. A week later, it was in the Kyrgyz capital, Bishkek where they met on the scope of the Shanghai Cooperation Organization (SCO, congregating China, Kazakhstan, Kyrgyzstan, Russia, Tajikistan, and Uzbekistan) heads of state annual summit. Xi and Putin met again in October in Bali, Indonesia, where the annual meeting of Asia Pacific Economic Cooperation (APEC) took place. The last rendezvous between the two Presidents took place this early February (2014) in Sochi, Russian, where Xi attended the inauguration of the Winter Olympic Games. The Chinese Prime-Minister Li Keqiang and his Russian counterpart, Dmitry Medvedev met twice in 2013, in Beijing in October and in Tashkent, Uzbekistan, during the SCO Prime Ministers Meeting in November (XINHUANET, 2014; YU, 2014; NJAL, 2013).

Bilaterally, the two countries vowed to increase ties at the political, economic, security, military and culturally

levels, they also agreed to and closely cooperate on multilateral issues. For example, economically, in 2012 bilateral trade totaled US\$ 88 billion it is expected to reach US\$ 100 billion in 2015 and US\$ 200 billion in 2020. In terms of security and military, both countries often lead other SCO members to carry out regional war games as those that took place in 2013. The contestation of the Western stance on issues of democracy and human rights in other countries and opposition to sanctions and invasion of Syria and Iran are such an example (YU, 2014, NJAL, 2014).

Nonetheless, important differences still permeate the relationship between the two "allies". Moscow is worried about the intensification of Chinese ties with its former republics in Central Asia; similarly, Beijing is not pleased to see its southern neighbors of India and Vietnam to continue to receive military hardware from the Russians (YU, 2014).

On the hand, China's rise is generally not well viewed in Russia. The ascendance of China to a global power is somehow at the expense of Russia whose influence has been declining since the end of the Cold War and the disintegration of the Soviet empire in 1991.

This article seeks to outline the main developments of the early ties between the two countries. Methodologically, the research puts China in focus than the Soviet Union, this option helps to understand the

main drivers of Chinese policy in the first three decades of the PRC.

Theoretically, this work is grounded in the neorealist alliance theory which posits that states are the central political actors and their actions are based by perceptions of sovereignty, national interest and security. Therefore, the main concern of the state is its protection and survival. Thus, under the premise of a promise of mutual military assistance between two or more sovereign states, an alliance will be formed (DWIVEDI, 2012: 224-225).

THE SINO-SOVIET "HONEYMOON" (UP TO LATE 1950s)

The foreign policy of the People's Republic of China (the PRC) in the 1950s was based on three important deliberations which Zhou Enlai, who was at the same time the Prime-Minister (1949-1976) and Minister of Foreign Affairs (1949-1958), sarcastically laid them as "making a fresh start", "cleaning the house before entertaining guests", and "leaning to one side" (CHEN, 2001: 50).

In reality, few months before the proclamation of the establishment of the new China in October 1949, the CCP chairman, Mao Zedong, said that the post-World War II order would be led by two superpowers, namely the Union of Soviet Socialist Republics (the USSR/Soviet Union) and the United States (the US), therefore, the new country should attach itself to the "international progressive forces" historically headed by the Soviet Union (CHEN, 1994: 64-65). In other words, this means that the Chinese leadership was acknowledging the role played by what it termed to be the "advanced forces in the rest of the world" in defeating the Japanese imperial forces during the second Sino-Japanese war and the pro-Western forces of *Kuomintang/Guomingdang* (or the Nationalist Party) in the civil war (IDCPC, 2007).

A number of reasons compelled the Chinese leaders to choose to side with Moscow than with the West or Washington in particular. Firstly, the new nation came into existence in 1949 facing a world battling with the emergence of the Cold War, which in the following five decades ideologically divided it into two diametrically camps, the East (adept of communism) and the West (pro-capitalism), respectively headed by the Soviet Union and the US. Secondly, to avoid international isolation principally after the Western world, especially the US, did

not hide their intentions of preventing China to establish ties with other countries, in part due to ideological issues, also, for militarily aiding the North in the 1950-1953 Korean war (TSAI, 2000: 45). Thirdly, the reconstruction of the country after the war against the Japanese invasion (1937-1945) and the internal conflict (1927-1937, 1946-1949) between the guerrillas of the Chinese Communist Party and the troops of the Nationalist Party supported by the US from 1946 (ZHU, 2001: 6-8). Fourthly, the long-standing relationship between the Soviet Union and its ruling Communist Party of the Soviet Union (CPSU) and the CCP since the early 1920s and more importantly, the moral and material support that the former rendered to the later. Fifthly, security issues in the face of the perception of the Western threat, mainly the American one (CHEN, 2001: 50). Lastly, the CCP's imperative in promoting the Chinese Communist Revolution at home and abroad (CHEN, 1994: 65-66).

In deciding to put in march the three decisions the CCP leadership envisaged to demonstrate to the world and to the Chinese people that they aimed to get rid of China's "old" foreign policy. Also, they aimed to show domestically and to the intellectuals in particular that there was no utility for China to ally with the Western capitalist countries but with the USSR, which was after all, the first socialist country in the world that had successfully built a socialist state and society, thus, the importance of its experience (CHEN, 2001: 51-52).

In short, by this time the USSR was already militarily and economically powerful state and China was economically and socially affected by the long years of war.

The milestone of the "leaning to one side" policy is the signing of the 30-year *Sino-Soviet Treaty of Friendship, Alliance and Mutual Assistance* in February 1950 in Moscow by the Chinese and Soviet top leaders, respectively Mao Zedong and Joseph Stalin, but only after intense courses of negotiation. Under this agreement, the Soviets vowed to make an increase of military and other material support, including providing air-defence installations in the eastern part of China.

Economically, the Soviets promised a loan of US\$ 300 million to be repaid by 1963. By the end of that decade China had benefited of more than US\$ 1.3 billion Soviet aid, between 1952 and 1957 about 166 complete

industrial plants, and they committed to build more 125 plants from 1958 to 1962. Also, in that decade China welcomed around 10,800 Soviet and 1,500 East European technicians to help in different fields of the economy of the country, and during the same period about 8,000 Chinese workers and engineers and 7,000 students were sent to the Soviet Union for further training (ZHU, 2001: 8).

The benefits for the Soviets included: a military base at Port Arthur (in Liaoning province), exclusive economic presence in the western province of Xinjiang and Manchuria (Northeast China, locally known as *Dongbei*) and run joint-stock companies in the Northeast part of the country. These concessions did not in any way please the Chinese whose minds, even today, are still fresh of the occupation of their territory by Western powers including Russia and Japan since the mid-19th-century, it reminded the CCP leaders of the “century of humiliation” and the “unequal treaties”. On the other hand, it was under this treaty that the USSR sided with China in the Korean War. In fact, the material and air support proved to be valuable during certain moments of that international conflict which China committed extensive military support and manpower (RADCHENKO, 2005: 12-13; CHEN, 2001: 52).

From the accounts of Chen (1993), we understand that Sino-Soviet alliance indeed tasked China with the role of supporting communist revolutionaries in East Asia, while the USSR was to do the same in East Europe. It is under such arrangements that China rendered military support to the Vietnamese nationalists during the first war against French colonial army in Vietnam (1950-1954).

It is worth mentioning that although China had accepted the task of promoting socialism and communism in Asia the decision to aid Ho Chi Minh’s guerrillas and Kim Il-sung’s army in the inter-Korean conflict is purely dictated by security concerns than ideological ones. In fact, regarding the Korean war, some authors defend that Beijing’s ultimate aim in directly engaging in the conflict opposing North Korea to the South supported by the United Nations troops led by the US was to prevent the Soviet Union to land its army in Northeast China in the event the US took-over North Korea. At that time *Dongbei* was the largest industrial area of the country and the

presence of the foreign soldiers would compromise not only national sovereignty but economic development, too (ZHU, 2001: 7-8; WESTAD, 1992: 459-460). Evidently, the Chinese were worried about another foreign-led invasion at a time that they were still coming into terms with the yet fresh presence of alien powers in their territory.

CRISIS AND SPLIT

After the death of Stalin in 1953 Sino-Russian ties experienced difficulties that ultimately led to the break-up of ties in the early 1960s, thus turning the “brotherly allies” into the worst of enemies. Specifically, the fallout began in 1956. On that year, during the 20th Congress of the Communist Party of the Soviet Union, the new leader, Nikita Khrushchev (1953-1964), in his secret speech outlined his new domestic and foreign policies.

He primarily denounced his predecessor’s ruling style and put in forth the process of de-Stalinisation. The second important policy announced by Khrushchev was the need to promote *peaceful coexistence* with the capitalist world, particularly with the US, as he believed that socialism could be attained through parliamentary elections, not by violent means, until then such was the conventional wisdom within the socialist camp. These moves in many ways outraged Mao Zedong. The speech occurred at a time he was still in the process of consolidating power within the CCP, therefore, criticizing former Stalin indirectly challenged his own power at home, especially if one considers the fact that Mao was himself an adept of the cult of personality, a practice that the new leader in Moscow was now criticizing. In Mao Zedong’s understanding, Stalin had led the first communist country in the world relying on his own vision as there was no other country to follow, thus, he is a great leader and the world should remember him as such. That’s why, for this historical reason, calling for the abandonment of the Stalinist political system was incorrect. Therefore, Khrushchev’s speech “exposed the problems” of the Stalin administration and it also “made mess” (CHEN, 2001: 64-65; ZHU, 1991: 43-44).

Of course, Mao objected the idea of rapprochement with the West, least with the US, which by the mid-1950s was already the main enemy of the PRC especially for hindering the Mainland from taking over the rebellious

island of Taiwan. He perceived it as a capitulation of Moscow which was also showing its first signs of “counter-revolutionary revisionism”. Moscow’s neutrality and criticism of China over Taiwan, when it attacked it in 1954-1955 and 1958, which led Washington to deploy its naval forces in the Straits of Taiwan and to threaten to use nuclear weapons, infuriated Beijing. Again, the USSR did not come to the aid of China in 1959 on the Indian border clashes. In the 1962 China-India war things were even worse because the Soviet Union had supplied India with modern military aid. For the CCP leaders the last example proved them right about Moscow’s revisionism for arming and providing important economic assistance to a non-Communist state, even Taiwan supported the Mainland over this issue of the border around Tibet. If fact, Beijing was alarmed because it was incomprehensible that the Khrushchev regime would support an Indian Prime-Minister (Jawaharlal Nehru) whom Stalin had once catalogued as “a bourgeois nationalist” yielding to his former “colonial masters” (TSAI, 2005: 52-53; CHEN, 2001: 81-82; COHEN, 1993: 82; ZHU, 1991: 106-108)

Additionally, in 1958 China vehemently disagreed with the terms of proposals by the Soviets to build a long-wave radio transmission centre and a long-wave radio receiving station for long-distance communication, both to be commanded by the Soviet’s naval fleet in the Pacific, besides demanding permanent stationing of the Soviet troops in *Dongbei*. In the view of Beijing these represented “unreasonable demands” and threatened the country’s independence (ZHU, 2001: 8).

The Sino-Soviet competition for influence in the developing world (then commonly known as the Third World) also exacerbated the enmity between the two neighbouring countries. Indeed, with Stalin gone Mao believed that time had come for him to lead the way for other colonised and exploited nations to liberate themselves from colonialism and imperialism. According to Snow (1994), the Afro-Asian conference in Bandung (Indonesia) held in 1955 was a perfect place for China to convince the delegates from nearly three dozen countries, including members of some of Africa’s liberation movements, that it aimed to unite with them to fight the common enemy: the capitalist world.

The Chinese delegates did not hide their pretension to lead the group and help other countries and territories under colonial rule to achieve independence and to fight against imperialism, racism and neo-colonialism. For them, it was morally correct for China to join hand with other exploited nations and colonies as their own country had been subjected to colonialism, imperialism and racism by the same Western powers. Furthermore, in China it was widely believed that the experience of the Chinese Revolution was more prone to be replicated in the Third World than the Russian one, mainly due to the similarities of the environment and social conditions of the peoples in China and of those regions. While the Russian Revolution in 1917 was mainly carried out by the proletariat in the urban areas, the CCP relied mostly on the poor and rural people to defeat the Nationalist army in 1949. The supposed Moscow’s revisionist approach towards the West was another reason for China to claim the lead of the world revolution. So, after the fallout of the Sino-Soviet alliance in the early 1960s China entitled itself as the centre of the revolutionary struggle. After militarily defeating India in 1962, the Chinese leadership believed that all doubts had been eliminated on which country should lead the Third World in the struggle against colonialism, imperialism and neo-colonialism (CHEN, 2013: 91; 1993: 89; SNOW, 1994).

Moreover, the Soviet leader recalled all the Soviet experts working in China and reduced economic and military aid by mid-1960, in a time that Beijing was still struggling with the unsuccessful *Great Leap Forward* (1958-1961). Disagreement about ideology was openly expressed by the two leaders from 1959, but the Soviet retreat following the Cuban Missile Crisis of 1962, Soviet open support of New Delhi in the Sino-Indian war and the signing of the partial Nuclear Test Ban Treaty with the US in 1963 led to the collapse of ties in 1964 (RADCHENKO, 2005: 34-47; CHEN, 2001: 64-65, 78-79, 81-84).

The rest of the 1960s and the entire 1970s witnessed the intensification of the Sino-Soviet accusations which culminated in the border clashes in 1969 and competition for influence in the developing world, mainly in Africa.

In part of China this was translated by increasing diplomatic, military and economic assistance to both newly independent states and to political movements in

those territories still under colonial rule. Even during the Cultural Revolution the Chinese authorities pledged in 1967 to carry out the construction of the 1860 Km Tanzania-Zambia railway, which even today it continues to be the flagship of the Chinese development commitment to Africa. Also, China sought to rival mainly with the USSR, through its declaratory and behavioural support to the movements for liberation in territories such as Mozambique, Angola, Guinea Bissau, South Africa, South Rhodesia, Namibia, etc. Beijing theoretically justified its foreign policy in the developing world was by Beijing by advancing the “Intermediate Zone Theory”¹ and the “Three Words Theory”² (TAYLOR, 2006; CHEN, 2001; JACKSON, 1995; ZHU, 1991).

¹ According to Chen (2001), this theory was advanced by Mao Zedong in the 1940s during the civil war. In Mao’s view in the world there were two poles with the US and the USSR in each side and in the middle there were the “oppressed” countries, including China. For him, this really explained why Asia was the central focus of the Cold War at the time, because, in fact, before the US could attack the Soviet Union it had to “deal” first with the “intermediate zone”, i.e., Asia. After the creation of the PRC the same language included the rest of the developing world thus the claim of the Chinese leaders to present their country as the leader of the “oppressed peoples” in the “intermediate zone” in the anti-imperialism and anti-colonialist movement.

² Zhu (1991) says that this theory assumes that there are three worlds. The first is formed by the two superpowers, or the US and USSR; the superpowers’ allies, in other words, the Western countries and Japan, composed “the second world”; and “the third world” represents all the nonaligned countries (including China), or, the anti-imperialist camp. Therefore, “the third world” should join forces with the superpowers’ allies so that effectively it could fight the dominating “first world”, especially the Soviet “hegemonism”. The “Three Worlds Theory” was particularly evoked to combat the Soviet growing influence in Central and South Asia in the second half of the 1970s.

FINAL REMARKS

After China adopted the reform and opening-up policies in the late 1970s, ties between the two rivals were restored in 1989 and border disputes were later solved. Thus, the post-Cold War period has witnessed improvements of the Beijing-Moscow relationship, especially after the creation of Shanghai Five (China, Kazakhstan, Kyrgyzstan, Russia and Tajikistan) 1996 later renamed Shanghai Cooperation Organization in 2001 after the inclusion of Uzbekistan. In the same year the Sino-Russian *Treaty of Good-Neighbourliness and Friendly Cooperation* was signed (GARVER, 1989, BURAKOV, 2014, NJAL, 2014).

Since then the Presidents of the two countries have been meeting annually. But recent high level visits and meetings, especially in the last 12 months prove that ties between China and Russia are deepening and experiencing the highest momentum since the end of Cold War, this is symbolically worthwhile if we consider that the two countries celebrate in 2014 the anniversary of 65 years of the establishment of diplomatic ties.

It is worth mentioning that Beijing’s apparent support to Moscow following Russia’s military presence in Ukraine’s Crimea from late February 2014 is in accordance with the improvement of ties between the two old allies.

However, the two countries leaderships need more wisdom to overcome their own mistrust, which includes competition for influence in Central and Southeast Asia and Chinese historical claims, though not yet publicly announced, over parts of Russia’s Siberia and Far East, as imprinted in the country’s schools textbooks and maps. Then they would be able to capitalize on their assumed common rivalry against the Western world, particularly the United States. In effect, Barak Obama’s “pivot to Asia/Pacific” policy since late 2011 somehow undermines the interests of the two countries, so that they can jointly challenge the *status quo*, like they did six decades ago under the banner of the socialist movement (DE HAAS, 2013).

REFERENCES

BURAKOV, Denis. The strategic triangle in the 21st-century: implications for Sino-Russian relations.

- Journal of China and International Relations, Aalborg, vol. 1, no. 1, 46-65, January-June, 2013
- CHEN, Jian. China, the Third World, and the Cold War. In: MCMAHON, Robert J. (edit.). *The Cold War in the Third World*. Oxford: Oxford University Press, 85-100, 2013.
- CHEN, Jian. *Mao's China and the Cold War*. Chapel Hill/London: The University of North Carolina Press, 2001.
- CHEN, Jian. *China's road to the Korean War: the making of the Sino-American confrontation*. New York: Columbia University Press, 1994.
- CHEN, Jian. *China and the First Indo-China War, 1950-54*. *The China Quarterly*, Cambridge, no. 133, 85-110, March, 1993.
- COHEN, Warren I. *The Cambridge History of American foreign relations Vol. IV: America in the age of Soviet power, 1945-1991*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- DE HAAS, Marcel. *Russian-Chinese security relations: Moscow's threat from the East?* (Report no. 3, March 2013). The Hague: Netherlands Institute of International Relations Clingendael.
- DWIVEDI, Sangit Sarita. *Alliances in international relations theory*. *International Journal of Social Science & Interdisciplinary Research*, Houston, vol. 1, no. 8, 224-237.
- GARVER, John W. *The "new type" of Sino-Soviet relations*. *Asian Survey*, Berkeley, vol. 29, no. 12, 1136-1152, December, 1989.
- International Department of the Communist Party of China (IDCPC). *The Important position of the CPC international relations*. Beijing: IDCPC, 2007. Available at: <http://www.idcpc.org.cn/english/inrelations/position.htm>; 4th August 2012.
- LI, Anshan. *China's new policy toward Africa.* In: ROTBERG, Robert I. (edit.). *China into Africa: Trade, Aid, and Influence*. Washington: Brookings Institution Press, 21-49, 2008.
- JACKSON, Steven F. *China's Third World foreign policy: the case of Angola and Mozambique, 1961-93*. *The China Quarterly*, Cambridge, no. 142, 388-422, June, 1995.
- NJAL, Jorge. *Relações China-Rússia reforçadas com a visita do Presidente chinês*. In: Ceiri Newspaper, 13th February, 2014. Available at: <http://www.jornal.ceiri.com.br/relacoes-china-russia-reforçadas-com-a-visita-do-presidente-chines/>, 14th February, 2014.
- NJAL, Jorge(a). *Viagem de Xi Jinping à África*. In: Ceiri Newspaper, 3rd April, 2013. Available at: <http://www.jornal.ceiri.com.br/viagem-de-xi-jinping-a-afri-ca/>, 4th April, 2013.
- RADCHENKO, Sergey. *The China puzzle: Soviet policy towards the People's Republic of China in the 1960s*. London. Thesis (PhD in History). University of London, 2005.
- SNOW, Philip. 1994. *China and Africa: consensus and camouflage*. In: ROBINSON, Thomas; SHAMBAUGH, David (Edits.). *Chinese foreign policy: theory and practice*, 283-321. Oxford: Clarendon Press, 1994.
- TAYLOR, Ian. *China and Africa: engagement and compromise*. London: Routledge., 2006
- TSAI, Ming-Yen. *The limits of Sino-Russian military cooperation after the end of the Cold War*. London. Thesis (PhD in War Studies). University of London, 2000.
- WESTAD, Odd Arne. *Rethinking revolutions: The Cold War in the Third World*. *Journal of Peace Research*, Oslo, vol. 29, no. 4, 455-464, November, 1992.
- XINHUANET. *Xi's Sochi visit to deepen Sino-Russian ties*, 2nd February, 2014. Available at: http://news.xinhuanet.com/english/indepth/2014-02/02/c_133089728_2.htm, 2nd February, 2014.
- YU, Bing. *China-Russia relations: Putin's glory and Xi's dream*. In: *Comparative Connections*, vol. 15, no.3, Washington, January, 2014. Available at: http://csis.org/files/publication/1303qchina_russia.pdf, 17th January, 2014.
- ZHU, Jiaming. *A Chinese exploration of Sino-Soviet relations since the death of Stalin, 1953-1989*. Glasgow. Thesis (PhD in Soviet Studies). University of Glasgow, 1991.
- ZHU, Tianbiao. *Nationalism and Chinese foreign policy*. *The China Review*, Hong Kong, vol. 1, no. 1, 1-27, Fall (October-December), 2001.

A GRANDE ESTRATÉGIA DOS EUA

Leonam dos Santos Guimarães¹

RESUMO

A Grande Estratégia não é algo particular aos EUA. A diferença está no fato de que talvez esse país tenha sido aquele que colocou seus legítimos objetivos com máxima amplitude e os perseguiu ininterruptamente desde o final do século XVIII, tendo-os alcançado plenamente ao final do século XX. O desafio que se coloca para os EUA no século XXI é manter o que foi conquistado, impedindo o surgimento de ameaças que possam vir a desafiar os objetivos realizados. Muito se teoriza sobre um suposto “declínio do império americano”. A experiência histórica mostra, entretanto, que a continuidade e resiliência dos EUA na busca de seus objetivos, o atual sempre complementando e consolidando o anterior, torna essa possibilidade distante no tempo. Vivemos, entretanto, num mundo de incertezas que nos colocam enormes desafios globais. A resposta da Grande Estratégia dos países a esses desafios, em especial dos EUA, como incontestemente *hegemon*, determinará o futuro que será construído pelas atuais gerações.

O conceito de Grande Estratégia

"A guerra! É uma coisa demasiado grave para ser confiada aos militares". Esta conhecida frase do estadista francês, Primeiro-Ministro logo após a 1ª Guerra Mundial, Georges Clemenceau¹ está na origem do conceito da Grande Estratégia. Esse conceito engloba o gerenciamento dos recursos de uma nação inteira para atingir os objetivos nacionais. Não se trata, portanto, apenas de derrotar um adversário no campo de batalha, mas de como os assuntos militares contribuem para que os objetivos nacionais sejam atingidos.

“Generally defined, grand strategy is the collection of plans and policies by which the leadership mobilizes and deploys the country’s resources and capabilities, both military and non-military, to achieve its national goals. Grand strategy exists in the real world of governing, whether it is carefully formulated and articulated in advance, or whether it evolves ad hoc out of the world-views, predilections, and subjectivities of those who govern”, segundo definição do *“Interdisciplinary Program of Duke University on American Grand Strategy”*².

Todos os países têm sua Grande Estratégia. Os EUA, entretanto, diferente da maioria dos outros países, alcançaram a maior parte dos seus objetivos estratégicos³. A Grande Estratégia Americana tem guiado a política dos EUA desde a independência do País, conquistada dos britânicos a duras penas após a

Guerra de Independência (1775 – 1783)⁴ e da Guerra de 1812⁵ que consolidou definitivamente a vitória sobre os britânicos.

A Grande Estratégia, porém, nem sempre tem a ver com a guerra. Trata-se da totalidade dos processos que constituem o poder nacional de um país. No caso dos EUA, talvez mais do que para os outros países, a grande estratégia tem sim muito a ver com a guerra, mas também ainda mais com a interação entre a guerra e a economia.

Os Estados Unidos são, historicamente, um país guerreiro⁶, tendo participado de guerras por cerca de 10% da sua existência, desde a independência até janeiro de 2013⁷. Essa estatística inclui somente grandes guerras: a Guerra de 1812, a Guerra México-Americana⁸, a Guerra Civil⁹, a Primeira¹⁰ e a Segunda¹¹ Guerra Mundial, a Guerra da Coreia¹² e a do Vietnã¹³. Não inclui conflitos menores como a Guerra Hispano-

⁴ American Revolutionary War, http://en.wikipedia.org/wiki/American_Revolutionary_War

⁵ War of 1812, http://en.wikipedia.org/wiki/War_of_1812

⁶ Nas palavras do Presidente Theodore Roosevelt, “All the great masterful races have been fighting races, and the minute that a race loses the hard fighting virtues it has lost its proud right to stand as the equal to the best.”,

http://en.wikipedia.org/wiki/Theodore_Roosevelt

⁷ America’s Wars, Department of Veterans Affairs, Office of Public Affairs, Washington, DC 20420, January 2013,

http://www.va.gov/opa/publications/factsheets/fs_americas_wars.pdf

⁸ Mexican–American War, http://en.wikipedia.org/wiki/Mexican%E2%80%93American_War

⁹ American Civil War, http://en.wikipedia.org/wiki/American_Civil_War

¹⁰ United States in World War I

http://en.wikipedia.org/wiki/United_States_in_World_War_I

¹¹ Military history of the United States during World War II, http://en.wikipedia.org/wiki/Military_history_of_the_United_States_during_World_War_II

¹² United States in the Korean War, http://en.wikipedia.org/wiki/United_States_in_the_Korean_War

¹³ Role of the United States in the Vietnam War,

http://en.wikipedia.org/wiki/Role_of_the_United_States_in_the_Vietnam_War

¹ Encyclopédie Larousse en ligne,

http://www.larousse.fr/encycopedie/personnage/Georges_Clemenceau/1137_97

² “Interdisciplinary Program of Duke University on American Grand Strategy”, <http://sites.duke.edu/agsp/>

³ Moniz Bandeira, L.A. Formação do Império Americano – da Guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005

Americana¹⁴ ou a “Tempestade no Deserto”¹⁵. Durante o século XX, os EUA fizeram guerra durante 15% do tempo. Na segunda metade do século XX, estiveram em guerra durante 22% do tempo, e desde o início do século XXI os Estados Unidos têm constantemente estado em guerra. A guerra é fundamental na experiência social dos EUA e sua frequência aumenta constantemente. Está enraizada na cultura americana e na sua geopolítica.

Os EUA nasceram de uma cruenta guerra de independência e continuam a lutar até hoje num ritmo cada vez maior. A Grande Estratégia de outros países pode envolver mais questões econômicas do que conflitos, mas os objetivos estratégicos americanos e a Grande Estratégia americana originam-se no medo de perder o que foi conquistado. O mesmo vale para muitas nações. Roma não se constituiu para conquistar o mundo. Ela se constituiu para se defender e, durante esse esforço, tornou-se um império.

No seu início, os EUA poderiam ter ficado plenamente satisfeitos por se tornarem livres do jugo britânico com a vitória na Guerra de 1812. De certa maneira, foi isso que ocorreu com o Brasil, que conquistou sua independência após uma guerra¹⁶ bem menos longa e sangrenta que os EUA¹⁷. A rudeza da Guerra de Independência Americana, entretanto, gerou em seguida novas vulnerabilidades e novos medos de perder o que havia sido duramente conquistado, ou seja, a liberdade de por em prática os amplos e revolucionários princípios estabelecidos pelos “pais fundadores” do país¹⁸.

Os países são guiados pelo medo de perder o que têm. Esse medo, porém, também se constitui em eficaz instrumento político de controle social, pois sociedades amedrontadas reagem como manadas, se deixando levar por gritos de alerta sobre ameaças. Em nome da redução de uma ameaça, muitas vezes superestimada, lideranças podem agir livremente em busca de outros objetivos ligados à Grande Estratégia, que vão muito além da redução da própria ameaça original. A história

da proliferação nuclear desde sua gênese¹⁹ até os dias atuais²⁰ ilustra de forma bastante clara esse fato.

Os EUA têm cinco objetivos geopolíticos que guiam a sua Grande Estratégia²¹. Observemos que esses objetivos aumentam de magnitude, ambição, e dificuldade à medida que se avança no tempo e no espaço.

A Completa Dominação da América do Norte

Se os EUA tivessem continuado a ser uma nação de estados separados entre a costa do Atlântico e as Montanhas Allegheny, é muito improvável que o país tivesse alcançado algo que se aproximasse à dimensão que hoje tem. Não somente teve que se unir como teve que se espalhar pelo vasto território entre as Montanhas Allegheny e as Montanhas Rochosas. Isso deu aos EUA não somente um grande peso estratégico como também uma das terras agrícolas mais ricas do mundo. Ainda mais importante é o fato dessas terras serem sulcadas por um magnífico sistema de rios navegáveis. Essa dádiva da natureza permitiu que todo excedente agrícola do país pudesse facilmente ser exportado para o mercado mundial, criando aquilo que hoje se denomina “agribusiness”. As excepcionais condições dessa região para a agropecuária foi a grande alavanca inicial para o desenvolvimento econômico dos EUA, que até hoje permanecem como o maior produtor mundial.

A Compra da Luisiana da França em 1803²² permitiu que os EUA entrassem nessas terras. Mas foi a Batalha de New Orleans em 1814, em que Andrew Jackson derrotou os ingleses, que deu à nação o verdadeiro controle da região²³, visto que New Orleans era o único ponto de estrangulamento de todo o sistema fluvial. Se Yorktown²⁴ fundou os EUA, a Batalha de New Orleans fundou sua economia. Isso, por sua vez, foi garantido pela Batalha de San Jacinto²⁵, algumas centenas de quilômetros a oeste de New Orleans, onde o exército mexicano foi derrotado pelos texanos e dessa forma nunca voltaria a representar uma ameaça para a bacia do rio Mississippi. Tampouco a derrota do exército mexicano era inevitável. O México era em vários aspectos um país mais desenvolvido e poderoso do que os EUA à época. Sua derrota, entretanto, fez com que os EUA se tornassem a potência dominante na América

¹⁴ Spanish–American War,

http://en.wikipedia.org/wiki/Spanish%E2%80%93American_War

¹⁵ Gulf War, http://en.wikipedia.org/wiki/Gulf_War

¹⁶ Guerra da independência do Brasil,

http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_da_independ%C3%Aancia_do_Brasil

¹⁷ Entretanto, o historiador norte-americano Robert Scheina, na sua obra *Latin America's Wars Volume I: The Age of the Caudillo, 1791-1899*

(<http://www.amazon.com/Latin-Americas-Wars-Volume-1791-1899/dp/1574884492>), sustenta que há uma tendência em se minimizar a

cruza dos conflitos latino-americanos da época em função do número de baixas observadas, em comparação com as dos conflitos da América do Norte. Como as populações eram menores, tais eventos percentualmente eram,

porém muito significativos.

¹⁸ Founding Fathers of the United States,

http://en.wikipedia.org/wiki/Founding_Fathers_of_the_United_States

¹⁹ A (Contra) Ameaça Nuclear,

[http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/4179/a-\(contra\)-ameaca-nuclear](http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/4179/a-(contra)-ameaca-nuclear)

²⁰ O Alarmismo Nuclear,

http://www.academia.edu/4163821/O_Alarmismo_Nuclear

²¹ Friedman, George, *The Next 100 years*, Doubleday, New York, 2009, disponível em http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/amg_MA_11180.pdf

²² Stief, Colin, *The Louisiana Purchase*,

<http://geography.about.com/od/historyofgeography/a/louisianapurchase.htm>

²³ *Battle of New Orleans*, http://en.wikipedia.org/wiki/Battle_of_New_Orleans

²⁴ *Siege of Yorktown*, http://en.wikipedia.org/wiki/Siege_of_Yorktown

²⁵ *Battle of San Jacinto*, http://en.wikipedia.org/wiki/Battle_of_San_Jacinto

do Norte, um país imenso e rico a quem ninguém poderia desafiar²⁶.

A Eliminação de Ameaças no Hemisfério Ocidental

Tendo a América do Norte ficado protegida, a outra única ameaça imediata era proveniente da América do Sul. Na verdade, a América do Norte e a América do Sul são ilhas, não conectadas de fato: o Panamá e a América Central não podem ser atravessados por grandes exércitos. A unificação da América do Sul numa única entidade é, como sempre foi, uma possibilidade remota, tanto do ponto de vista político como do geográfico. Quando se olha um mapa da América do Sul, é possível depreender que aqui não pode haver poder transcontinental. O continente está cortado em dois por um “corredor de isolamento” contínuo formado por regiões de difícil acesso e ocupação populacional: a Amazônia (direção leste-oeste) e os Andes (direção norte-sul). Portanto, não é plausível para os EUA uma ameaça militar proveniente da América do Sul.

As maiores ameaças no hemisfério provêm de potências europeias com bases navais na América Central e no Caribe, assim como forças terrestres no México. Esse foi o fundamento da Doutrina Monroe²⁷ (“América para americanos”), que muito antes dos EUA poderem impedir os europeus de terem bases no continente, fez com que o bloqueio dessas iniciativas fosse uma necessidade estratégica.

Os EUA só se preocupam com a região quando percebe que existe alguma possibilidade de uma potência estrangeira vir a ter bases aqui. A história é rica em exemplos de intervenções político-diplomáticas e militares na América Latina^{28, 29}, especialmente no contexto da Guerra Fria.

Pleno Controle dos Acessos Marítimos para Impedir Qualquer Possibilidade de Invasão

Em 1814, a Marinha Britânica navegou até Chesapeake e incendiou Washington³⁰. Durante todo o século XIX, os Estados Unidos tinham pavor que os britânicos, usando o seu controle avassalador do Atlântico Norte, bloqueassem o seu acesso ao oceano, estrangulando os EUA. Esse não era um medo injustificado: os britânicos de fato consideraram essa possibilidade algumas vezes³¹. Esse medo foi, em outro contexto, a

origem da obsessão americana com Cuba, desde a Guerra Hispano-Americana até a Guerra Fria³².

Tendo assegurado o hemisfério no fim do século XIX, os EUA focaram seu interesse em manter as faixas marítimas próximas de seu litoral livres de potências navais estrangeiras. Para isso, protegeram primeiramente os seus acessos pelo Pacífico. Durante a Guerra Civil, o país adquiriu o Alasca em 1867³³. Em 1898, o Havaí foi anexado³⁴. Essas duas medidas tomadas juntas impediram a ameaça ao continente pelo oeste, eliminando qualquer base de apoio para suprir uma esquadra. Note-se que a ameaça japonesa era considerada relevante no final do século XIX e início do século XX.

Com a vitória na Guerra Hispano-Americana em 1898, a anexação de Porto Rico³⁵ e a independência de Cuba, o acesso Golfo do México e litoral sul dos EUA, onde se encontra o delta do Mississipi, ponto focal do escoamento de sua produção agrícola, foi protegido. Essa vitória ainda trouxe o controle das Filipinas, que reforçou a proteção dos acessos pelo oeste.

Foi bastante marcante à época a excepcional demonstração de força feita pela viagem de circunavegação da *Great White Fleet*³⁶ (16 de dezembro de 1907 a 22 de fevereiro de 1909).

Nesse contexto, ocorre a secessão do Panamá da Colômbia e a construção do canal (1904 – 1914)³⁷ e o seu consequente controle, que permanece até hoje, vital não só para o comércio interno e externo mas também para passagem de forças navais dos EUA entre as costas do Atlântico e Pacífico.

Os EUA protegeram finalmente seu litoral leste, no Atlântico, usando a Segunda Guerra Mundial para se aproveitar da fraqueza britânica, tirando-a de perto da costa americana, pela criação de uma esquadra de um poder tão grande que nenhuma marinha do mundo poderia mais operar na parte ocidental do Atlântico Norte sem a aprovação dos EUA. Com isso se tornaram, de fato, efetivamente invulneráveis a uma invasão.

Dominação Completa dos Oceanos para Garantir o Controle sobre o Comércio Internacional

O fato de os EUA emergirem da Segunda Guerra Mundial não somente com a maior marinha do mundo, mas também com bases navais espalhadas por todos os mares e, posteriormente, com a monitoração por satélite de toda a superfície do planeta, com cada vez

²⁶ Essa visão é o fundamento do conceito de “destino manifesto” surgida nos EUA do século XIX (http://en.wikipedia.org/wiki/Manifest_destiny)

²⁷ *Monroe Doctrine*, http://en.wikipedia.org/wiki/Monroe_Doctrine

²⁸ Latin America–United States relations, http://en.wikipedia.org/wiki/Latin_America%E2%80%93United_States_relations

²⁹ Os capítulos iniciais de Moniz Bandeira, L. A., *Conflito e Integração na América do Sul - Brasil, Argentina e Estados Unidos - da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003*, Editora Revan, Rio de Janeiro, 2003, tratam desse tema.

³⁰ *Burning of Washington*, http://en.wikipedia.org/wiki/Burning_of_Washington

³¹ *Blockade runners of the American Civil War*, http://en.wikipedia.org/wiki/Blockade_runners_of_the_American_Civil_War

³² Cuba–United States relations,

http://en.wikipedia.org/wiki/Cuba%E2%80%93United_States_relations

³³ *Alaska Purchase*, http://en.wikipedia.org/wiki/Alaska_Purchase

³⁴ *Annexation of Hawaii, 1898*, <http://history.state.gov/milestones/1866-1898/hawaii>

³⁵ Puerto Rico, http://en.wikipedia.org/wiki/Puerto_Rico#United_States_colony

³⁶ *Great White Fleet*, http://en.wikipedia.org/wiki/Great_White_Fleet

³⁷ Panama Canal, http://en.wikipedia.org/wiki/Panama_Canal

maior resolução, mudou a forma de funcionamento do mundo. Qualquer embarcação de alto-mar, comercial ou militar, do Golfo Pérsico ao Mar da China do Sul ao Caribe, passou a poder ser permanentemente monitorada pela Marinha dos EUA, que podia decidir entre observá-la, pará-la, ou afundá-la.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, o peso combinado de todas as esquadras existentes do mundo era insignificante comparado ao poder naval americano. Isto evidencia um fato único da geopolítica mundial, talvez o mais importante: o controle e a liberdade de movimentação dos EUA em todos os oceanos. Nenhuma outra potência na história foi capaz de fazer isso.

O controle e liberdade de movimentação da marinha dos EUA em todos os oceanos são não somente a base da segurança americana, mas também a base da sua capacidade de moldar o sistema internacional. Ninguém vai a lugar algum nos mares se os EUA não aprovarem. No fim das contas, manter o controle dos oceanos do mundo é hoje o objetivo mais importante para os EUA geopoliticamente³⁸.

A estratégia naval emprega navios, submarinos e aeronaves fundamentalmente para³⁹:

- controlar área marítima, para usá-la em proveito próprio;
- impedir ou dificultar (no linguajar profissional, negar) o uso, pelo adversário, de área marítima, cujo controle ou não pode ser exercido (por falta de capacidade) ou não precisa sê-lo (por ausência de interesse); e
- projetar poder sobre terra, realizando bombardeio naval e aeronaval e o desembarque anfíbio; a essas formas tradicionais de projeção foi acrescido o lançamento, por submarinos, de mísseis balísticos com ogivas nucleares.

Isso explica porque a estratégia naval soviética do pós-guerra⁴⁰, arquitetada pelo Almirante Gorshkov⁴¹, privilegiou os submarinos de ataque e aviação naval de longo alcance baseada em terra. Esses são únicos meios capazes de escapar do quase absoluto controle americano dos mares. Também concebeu os submarinos lançadores de mísseis balísticos, inicialmente convencionais e depois nucleares, pois era o único meio para projetar poder sobre terra devido à enorme superioridade das forças de superfície

americanas no pós-guerra, que continua até o presente.

Restava aos soviéticos apenas a possibilidade de negar o uso irrestrito do mar, dificultando o estabelecimento de um efetivo controle, e projetar poder por meio de mísseis lançados por submarinos, já que dificilmente conseguiriam obter controle de áreas marítimas que permitissem realizar bombardeio naval e aeronaval e desembarque anfíbio.

A Impossibilidade de qualquer outra nação enfrentar o poderio naval americano global

Tendo conseguido o feito sem precedentes de dominar todos os oceanos do mundo, os EUA obviamente querem mantê-lo. A forma mais simples de fazer isso tem sido evitar que outras nações construíssem forças navais importantes, e isso podia ser feito assegurando-se de que ninguém tivesse a motivação de construí-las ou tivesse recursos para tanto. Uma estratégia, “a cenoura”, é ter certeza de que todo mundo tem acesso ao mar sem precisar construir uma força naval. A outra estratégia, “o porrete”, é manter possíveis inimigos em confrontos terrestres para que sejam forçados a exaurir os seus recursos militares em tropas, tanques e aeronaves, tendo poucos recursos para suas forças navais.

Nesse sentido, conforme já tinha visualizado o Almirante Gorshkov no pós-guerra, a proliferação de submarinos⁴², em especial aqueles de propulsão nuclear⁴³ continuam sendo a maior ameaça ao controle e liberdade de movimentação da marinha dos EUA em todos os oceanos.

Os EUA emergiram da Guerra Fria tanto com um novo interesse quanto com um objetivo fixo⁴⁴: evitar que qualquer potência da Eurásia se tornasse suficientemente segura e pudesse dirigir os seus recursos para a construção de um poder naval importante. Com a queda da URSS não havia mais uma ameaça única de hegemonia eurásiana. Os EUA se concentraram então em evitar a emergência de hegemonias secundárias que poderiam desenvolver segurança regional suficiente para disputar o controle de áreas marítimas de seu interesse. Por conseguinte, os Estados Unidos trabalharam para criar continuamente uma série variável de alianças, muitas vezes contraditórias, mas concebidas para restringir qualquer hegemonia regional possível.

³⁸ Russell, Greg, *Alfred Thayer Mahan and American Geopolitics: The Conservatism and Realism of an Imperialist*, <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14650040500524137#.UvgFZPI dXao>

³⁹ Submarino de Propulsão Nuclear, <http://www.submarinosdobr.com.br/SubPropNuc.htm>

⁴⁰ MccGwire, Michael, *Naval Power and Soviet Global Strategy*, *International Security* Vol. 3, No. 4 (Spring, 1979), pp. 134-189, disponível em <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2626766>

⁴¹ Sergey Gorshkov, http://en.wikipedia.org/wiki/Sergey_Gorshkov

⁴² Submarine Proliferation Resource Collection, <http://www.nti.org/analysis/reports/submarine-proliferation-overview/>

⁴³ Nuclear submarines in Third World: a proliferation issue ?, http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/nuclear.htm

⁴⁴ Visões americanas da ordem pós-guerra, in Robert J. MacMahon, *Guerra Fria*, Tradução de Rosaura Eichenberg, L&PM Pocket, Rio de Janeiro, 2012, pág 14-15, disponível em

http://www.lpm.com.br/livros/lmagens/guerra_fria_encyclopaedia_trecho.pdf

Os EUA tinham que estar preparados para intervenções imprevisíveis por todo o território eurásiano. Com o processo de dissolução da URSS, o país começou a lançar uma série de operações concebidas para manter o equilíbrio regional e bloquear o surgimento de uma potência local. A Guerra Irã-Iraque⁴⁵ é um clássico exemplo de como se pode realizar tal tipo de bloqueio simultaneamente a dois aspirantes à potência regional sem necessidade de intervenção militar direta.

A primeira maior intervenção foi no Kuwait, onde os EUA inibiram ambições iraquianas à época em que a União Soviética se esfacelava. A próxima foi na Iugoslávia, com o objetivo de impedir a emergência da hegemonia sérvia nos Bálcãs. A terceira série de intervenções foi no mundo islâmico, concebida para impedir o desejo da Al-Qaeda (ou de qualquer outro) de criar um império islâmico. As intervenções no Afeganistão⁴⁶ e no Iraque⁴⁷ fazem parte desse esforço.

Apesar de todo o alvoroço, essas foram questões menores. No Iraque, a maior operação, os EUA usaram menos de 200.000 soldados e tiveram menos de 5.000 mortos. Isso representa cerca de 6 a 8% das perdas sofridas no Vietnã, e cerca de 1% das perdas da Segunda Guerra Mundial⁴⁸. Para um país de mais de um quarto de bilhão de pessoas, uma força de ocupação dessa dimensão é insignificante.

Mackinder, Mahan e Spykman

Deixando a retórica de lado, os EUA não têm prioritariamente interesse que Eurásia esteja em paz. Tampouco têm interesse em ganhar guerras imediatamente. Como no Vietnã e na Coreia, o objetivo desses conflitos é simplesmente impedir a ascensão de uma potência ou desestabilizar uma região, não impor a ordem. No tempo devido, mesmo uma derrota seria aceitável, desde que esse objetivo fosse atingido.

Os formuladores americanos de políticas aprenderam com a experiência da Segunda Guerra Mundial que nunca mais poderiam permitir que um Estado ou uma coalizão de Estados hostil ganhasse controle preponderante sobre as populações, os territórios e os recursos da Europa e da Ásia Oriental. Essa foi a base da estratégia de contenção da URSS durante a Guerra Fria⁴⁹, derivada da visão de Mackinder⁵⁰.

Mackinder foi um geógrafo e geopolítico inglês. Em 1904, publicou o artigo *The Geographical Pivot of*

*History*⁵¹, onde formulou a Teoria da Terra Central (*Heartland*), que influencia a política externa das potências mundiais desde então, em especial a dos EUA no pós-guerra. O artigo sugere que o controle da Europa do Leste seria vital para o controle do mundo. Ele formulou sua hipótese como: “*Who rules East Europe commands the Heartland; Who rules the Heartland commands the World-Island; Who rules the World-Island commands the world*”. Seus seguidores alemães muito influenciaram a estratégia nazista da Segunda Guerra Mundial⁵².

As “terras centrais” eurásianas figuram como o maior troféu estratégico-econômico mundial. Sua combinação de ricos recursos naturais, infraestrutura industrial avançada, mão de obra qualificada e instalações militares sofisticadas a tornam o fulcro do poder mundial, como os acontecimentos de 1940-1941 deixaram dolorosamente claro. Se tal eventualidade vier a acontecer de novo, o sistema internacional seria mais uma vez gravemente desestabilizado, o equilíbrio do poder mundial alterado e a segurança física dos EUA submetida a graves riscos.

Os EUA, entretanto, não têm como objetivo dominar as “terras centrais”, mas impedir que alguém venha outra vez a dominá-las, daí a contenção da URSS durante a Guerra Fria. O princípio de usar uma força mínima somente quando for absolutamente necessário para manter o equilíbrio de poder da Eurásia é, e permanecerá sendo, a força motriz da política externa americana ao longo de todo o século XXI.

Haverá outras intervenções militares em lugares e momentos imprevisíveis. As ações americanas parecerão irracionais e assim seriam caso o objetivo principal fosse estabilizar uma região. Contudo, visto que o seu objetivo principal tem mais probabilidade de ser simplesmente impedir ou desestabilizar poderes emergentes, as intervenções serão bastante racionais. Nunca parecerá que farão qualquer coisa que possa se aproximar de uma “solução” e isso sempre será feito com força insuficiente para ser decisivo.

À vertente de “negação” do controle das “terras centrais” se soma a vertente de “afirmação” do controle e liberdade total de movimentação nos oceanos.

A grande estratégia americana é também fortemente centrada no pensamento estratégico de Mahan sobre o poder marítimo. Seus trabalhos, realizados a partir de

⁴⁵ Iran-Iraq War, http://en.wikipedia.org/wiki/Iran%E2%80%93Iraq_War

⁴⁶ War in Afghanistan (2001–present), [http://en.wikipedia.org/wiki/War_in_Afghanistan_\(2001%E2%80%93present\)](http://en.wikipedia.org/wiki/War_in_Afghanistan_(2001%E2%80%93present))

⁴⁷ 2003 invasion of Iraq, http://en.wikipedia.org/wiki/2003_invasion_of_Iraq

⁴⁸ Vide nota 9

⁴⁹ Vide nota 24

⁵⁰ Halford Mackinder, http://en.wikipedia.org/wiki/Halford_Mackinder

⁵¹ A Aliança da Geografia com a Política

https://www.academia.edu/6033808/A_ALIANCA_DA_GEOGRAFIA_COM_A_POLITICA

⁵² Wesley de Souza Arcassa, Paulo Fernando Cirino Mourão, Karl Haushofer: a Geopolitik Alemã e o III Reich, Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 11, v.1, janeiro a junho de 2011, p. 1-14, disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/viewFile/249/arcassa>

finais do século XIX, influenciaram diretamente, e seguem influenciando indiretamente, gerações sucessivas de políticos e militares nos EUA e em todo o mundo⁵³.

Mahan era um homem profundamente convicto da importância perene da guerra no mar, quaisquer que fossem as mudanças proporcionadas pelas novas tecnologias ou viabilizadas pelas novas táticas. Nestas circunstâncias, considerava que o poder marítimo era decisivo na centralidade e grandeza das nações.

Seu conceito de poder marítimo implicava possuir uma grande força naval, destinada a alcançar o controle do mar, que impediria outros países de interferir ou ameaçar o seu comércio. O controle do mar era alcançado pela concentração e emprego da esquadra de combate na batalha decisiva. A operação da esquadra de combate durante longos períodos, requeria a posse de bases navais em regiões estrategicamente relevantes. Como complemento à hipótese de Mackinder, pode-se parafrasear o que seria hipótese de Mahan⁵⁴: “*Who rules the World-Sea commands the world*”.

A integração da “negação” de Mackinder com a “afirmação” de Mahan é feita pela teoria da fímbrias (*rimland*) de Nicholas J. Spykman⁵⁵. Para ele, quem tem o poder mundial não é quem controla diretamente a *heartland*, mas quem é capaz de cercá-la, e para isso o poder marítimo de Mahan, é fundamental⁵⁶.

Conclusão

Os EUA têm cinco objetivos geopolíticos que guiam a sua Grande Estratégia:

- a completa dominação da América do Norte pelo seu Exército, fato incontestável desde o final do século XIX e pouco plausível de ser desafiado;
- a eliminação de qualquer ameaça vinda de qualquer potência no Hemisfério Ocidental, sendo as mais plausíveis provenientes de bases navais de potências do outro hemisfério na América Central e no Caribe;
- pleno controle dos acessos marítimos ao seu território pela *US Navy*, de forma a impedir qualquer possibilidade de ataque, bloqueio ou invasão;
- dominação completa dos oceanos do mundo para proteger ainda mais a segurança física de seu

território e garantir o controle sobre o sistema de comércio internacional;

- a impossibilidade de qualquer outra nação enfrentar o poderio naval americano global, garantindo total liberdade de movimentação nos oceanos, o que permite ações de presença e intervenções militares em qualquer lugar do mundo.

A segmentação da Grande Estratégia dos EUA nesses cinco objetivos constitui o fundamento das ações para alcançar os Interesses Nacionais Permanentes do país, como apresentados por Donald Nuechterlein⁵⁷:

- defesa do território;
- bem-estar econômico e promoção dos produtos estadunidenses no exterior;
- promoção no exterior dos valores dos EUA;
- criação de uma ordem mundial favorável (ambiente internacional seguro).

Tendo alcançado sistematicamente os seus objetivos estratégicos, os EUA tem o objetivo último de evitar a emergência de qualquer potência que possa ameaçar seu controle e liberdade nos mares, conforme Mahan, e que possa dominar sozinha ou formar uma coalizão que venha a controlar partes significativas das “terras centrais” de Mackinder.

O paradoxo, entretanto, reside no fato de que o objetivo das intervenções militares dos EUA que de tempos em tempos ocorrem, as últimas sob a égide da “Guerra ao Terror”⁵⁸, nunca são para atingir algo, independentemente do que a retórica política possa dizer, mas para evitar algo. Os EUA querem evitar estabilidade em áreas em que uma potência regional possa surgir e ameaçar seus eixos estratégicos de Mahan e Mackinder. O objetivo não é, em geral, estabilizar, mas desestabilizar, impedindo que o uso do mar lhe seja negado ou que um Estado ou uma coalizão de Estados hostil possa vir a ter controle preponderante sobre populações, territórios e recursos da Eurásia.

Em casos mais críticos, como a reação imediata aos ataques do terrorismo islâmico, o poder militar é exercido na sua plenitude, com seus altos custos humanos e financeiros. Em outros casos, porém, o uso do *soft power*⁵⁹ é menos oneroso e, eventualmente, mais efetivo.

⁵³ A principal obra de Mahan é *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*, disponível em <http://www.gutenberg.org/files/13529/13529-h/13529-h.htm>

⁵⁴ Ribeiro, António Silva, Mahan e as marinhas como instrumento político, http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=569

⁵⁵ Nicholas J. Spykman, http://en.wikipedia.org/wiki/Nicholas_J._Spykman

⁵⁶ Essa abordagem é resumida no artigo “Novas teorias sobre poder mundial”, do General Meira Mattos, publicado na Folha de São Paulo de 11 de março de 2005. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1103200509.htm>

⁵⁷ NUCHESTERLEIN, Donald. America Recommitted: United States National Interests in a Reconstruction World, in *Security and Force Planning* (Capítulo 7). Second Edition. Naval War College, Newport, EUA. 1997. Página 97, Disponível em <http://www.donaldnuechterlein.com/>

⁵⁸ *War on Terror*, by Anup Shah, Last Updated October 07, 2013, <http://www.globalissues.org/issue/245/war-on-terror#ResultingWaronTerror>

⁵⁹ Guilherme Mattos de Abreu, Reflexões Sobre o “Soft Power”, Revista da Escola de Guerra Naval. – v. 19, jun. 2013. – Rio de Janeiro. p. 203 - 244. http://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/pagina_revista/n19/edicao19_1.pdf.

No mundo em rede atual, onde as informações e a comunicação ocorrem num volume e velocidade nunca antes visto na história, ações de inteligência realizadas por agentes locais ou infiltrados bem treinados e orientados tem enorme poder de desestabilização do sistema político e econômico de um país, impedindo sua emergência como uma ameaça aos eixos estratégicos básicos dos EUA. Para isso, a estrutura conceitual⁶⁰ da teoria da resistência não violenta, da qual Gene Sharp é o maior expoente⁶¹ torna-se uma ferramenta útil. Os movimentos de protestos que vem eclodindo em diversos locais do mundo nesta segunda década do século XXI não devem estar alheios a esse fato.

A Grande Estratégia não é algo particular aos EUA. A diferença está no fato de que talvez esse país tenha sido aquele que colocou seus legítimos objetivos com máxima amplitude e os perseguiu ininterruptamente desde o final do século XVIII, tendo-os alcançado plenamente ao final do século XX. O desafio que se coloca para os EUA no século XXI é manter o que foi conquistado, impedindo o surgimento de ameaças que possam vir a desafiar sua dominação completa dos oceanos e o conseqüente controle que têm sobre o comércio internacional.

Desde o célebre livro de Paul Kennedy⁶², muito se teoriza sobre um suposto “declínio do império americano”. A experiência histórica mostra, entretanto, que a continuidade e resiliência dos EUA na busca de seus objetivos, o atual sempre complementando e consolidando o anterior, torna essa possibilidade distante no tempo.

O objetivo estratégico atual de impossibilitar qualquer outra nação enfrentar o poderio naval americano global é o corolário necessário do objetivo anterior, de dominação completa dos oceanos para garantir o controle sobre o comércio internacional. A tática de desestabilização usada para atingir o objetivo atual poderá ser modificada caso os resultados não continuarem a ser exitosos ou poderá ser estabelecido outro objetivo, prolongando dessa forma o ciclo.

Vivemos, entretanto, num mundo de incertezas que nos colocam enormes desafios globais⁶³, como a demografia, mudança climática, segurança energética, e o renascimento de uma certa “irracionalidade filosófica” cujos exemplos típicos são o fundamentalismo religioso e o fanatismo político, se apresentando como a única fonte de certeza, e aquilo

que podemos chamar de “lado negro” da globalização, dos quais desigualdades, crises financeiras, terrorismo e pandemias são alguns de seus aspectos.

A resposta da Grande Estratégia dos países a esses desafios, em especial dos EUA, como incontestado *hegemon*, determinará o futuro que será construído pelas atuais gerações.

¹ Doutor em Engenharia, é Diretor Técnico-Comercial da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (AMAZUL) e membro do *Standing Advisory Group on Nuclear Energy* (SAGNE) da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), email: leosg@uol.com.br

⁶⁰ Gene Sharp, Da Ditadura à Democracia - Uma Estrutura Conceitual para a Libertação, The Albert Einstein Institution, Quarta Edição, Maio de 2010, East Boston, MA 02128, EUA, <http://bibliot3ca.files.wordpress.com/2011/03/ditadura-a-democracia-gene-sharp2.pdf>

⁶¹ Gene Sharp, http://en.wikipedia.org/wiki/Gene_Sharp

⁶² A Ascensão e a Queda das Grandes Potências, Editora Campus, 1989

⁶³ *Towards a Grand Strategy for an Uncertain World*, Noaber Foundation, 2007, http://csis.org/files/media/isis/events/080110_grand_strategy.pdf

A MARÉ ROSA SUL-AMERICANA E A ASCENSÃO DA ESQUERDA NO BRASIL

Ariane Costa dos Santos

(INEST/RI - UFF)

Resumo: Este trabalho tem por objetivo discutir a ascensão de governos postuladores da social-democracia na América do Sul, nos anos 2000, tomando o Brasil como objeto de estudo e exemplo paradigmático dessa inflexão política. A partir de uma perspectiva economicista, o fenômeno conhecido como Maré Rosa será tratado aqui como resposta a uma década de noventa marcada por um neoliberalismo extremamente custoso em termos sociais para o continente, levando a uma resposta conjuntural de rompimento com as políticas econômicas vigentes. Pretende-se mostrar que a crise cambial brasileira de 1998-99 contribuiu para abrir espaço a um novo pensamento político na sociedade brasileira e, conseqüentemente, a uma nova práxis política.

Abstract: This work discusses the rise of social democratic governments in South America in the 2000's using Brazil as a benchmark in the study of this political transformation. From an economic perspective, the phenomenon known as *Maré Rosa* will be treated here as a response to a socially costly neoliberalism in South America. The immediate result was a general response from the region causing the change of the economic policies of the nineties. This paper intends to present the Brazilian currency crisis between 1998-99 as it gave an opening to a new political way of thinking in Brazilian society and, as a consequence, to a new political reality.

INTRODUÇÃO

Ao analisar a realidade política da América do Sul atual não há como deixar de notar a tendência dos últimos governos do início do século XXI de chegada ao poder de partidos e líderes de esquerda, nos seus mais variados graus e dotados das mais diversas agendas, reunindo a característica comum de um sentimento antiliberal. Esse fenômeno de ascensão de uma nova classe política ao executivo federal na maior parte dos países da América do Sul, quebrando uma tendência de décadas de governo da direita tradicional, levou ao que alguns autores como Francisco Panizza denominaram de *Maré Rosa*¹.

Esse conceito aplicado à realidade sul-americana tem como inspiração a chamada Onda Rosa, caracterizada pela ascensão de governos da denominada Terceira Via - especialmente, na Europa dos anos noventa - sucedendo a governos de orientação conservadora, ao mesmo tempo em que buscavam uma reformulação da social-democracia, ajustada ao neoliberalismo. A definição desse novo conceito revela a transformação da esquerda sul-americana, adicionando-lhe um caráter menos radical e, por isso, não podendo ser caracterizado como uma maré vermelha. Entretanto, a análise da conjuntura atual sul-americana leva a crer que essa tendência não seja apenas uma maré temporária, mas uma realidade de prazo mais longo, especialmente ao levarmos em conta a tradição ideológica da região, mais adepta à intervenção estatal na economia, desde o período da industrialização por substituição de importações, formando um pensamento coletivo mais estatista do que liberalizante.

Será defendido nesse trabalho que um dos fatores que mais contribuíram para essa inflexão política na virada do milênio foi o descontentamento com a política neoliberal da década anterior, uma década de altos custos sociais e políticas econômicas impopulares de austeridade, ainda agravadas por crises pontuais como a crise cambial brasileira, em 1998, e a crise na Argentina, em 2001. Ambas abarcaram as maiores economias sul-americanas e membros fundadores do Mercosul, sendo a ascensão da Maré Rosa imediatamente posterior a um período de estagnação econômica na América Latina entre 1998 e 2002, denominada de meia década perdida, devido à retração econômica e transferência de capitais.

Com a queda do muro de Berlim, em 1989, o avanço do capitalismo tendo o modelo norte-americano como paradigma de desenvolvimento econômico levou a uma tendência conjuntural nas economias ocidentais de seguir o modelo de capitalismo liberal. Havia quase que um consenso entre líderes mundiais e parte da população de que esse era o modelo mais eficiente, especialmente para economias periféricas que ainda buscavam seu desenvolvimento. Para isso, é necessário lembrar a influência do Consenso de Washington (1989) ao produzir uma cartilha de políticas macroeconômicas ortodoxas² a serem aplicadas pelos países periféricos com objetivo de estabilização econômica e inflacionária, pavimentando o caminho para um desenvolvimento que nunca chegou por

essa via. Tais medidas foram aplicadas em maior ou menor grau por cada governo, mas gerando insatisfação popular de uma forma geral apesar de haverem sido aplicadas em um período democrático, com respaldo popular e forte influência internacional.

Por quase toda a América do Sul, esse período foi marcado por um rígido controle inflacionário a partir de políticas fiscais e monetárias restritivas, forte abertura econômica e financeira, obtendo-se um êxito econômico a curto prazo em alguns países, a partir de planos de estabilidade econômica, como no Brasil e na Argentina. Porém, a médio e longo prazo, as conseqüências foram bastante negativas: aumento da dependência ao capital estrangeiro, enfraquecimento da indústria nacional, aumento do déficit público interno e externo, balança comercial deficitária, aumento do desemprego e do trabalho informal. Tais conseqüências se deram de forma muito mais agravante nas economias periféricas sul-americanas do que nos países desenvolvidos que também adotaram a cartilha liberal. Por isso, se faz importante discutir aqui algumas características estruturais do desenvolvimento capitalista da América do Sul.

CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DA INDUSTRIALIZAÇÃO SUL-AMERICANA

Utilizando o termo de Albert Hirschman, a indústria latino-americana se caracterizou por ser *late-late comer*³ ou tardia mais retardatária. Isto é, não se desenvolveu nem na primeira fase do capitalismo industrial, no final do século XVIII, nem na industrialização posterior das novas economias industriais como Alemanha, Japão e Itália - *late-comers* – na segunda metade do século XIX. Dessa forma, a posição duradoura de colônia na economia internacional deu aos países da América Latina características estruturais comuns no que se refere ao desenvolvimento do capitalismo.

Sem entrar nas especificidades do desenvolvimento da industrialização de cada país sul-americano, é necessário, ao menos, citar as características estruturais que levaram à consolidação de uma realidade *sui generis* no subcontinente: 1) utilização histórica de mão-de-obra escrava levando a um mercado consumidor de menores proporções e/ou capacidade, que se satura rapidamente – resultando no fim de ciclos econômicos⁴; 2) ausência de burguesia desenvolvimentista nacional consolidada, levando o Estado a cumprir o papel do capital privado em alguns setores, como

o setor de bens de capital, pouco lucrativo a curto prazo e demandante de pesados investimentos; 3) setor financeiro pouco integrado ao setor produtivo, de forma que os bancos privados não tinham, e ainda não o têm, tradição de liberar crédito para o investimento produtivo, vivendo, fundamentalmente, da especulação financeira⁵ 4) problema estrutural de inflação inercial, pois a pouca disponibilidade de crédito abre espaço para um aumento geral de preços como uma das poucas possibilidades de auto-financiamento industrial. Isto é, devido à falta de crédito barato as indústrias se financiam aumentando a taxa de lucro; 5) Por último, a economia dos late-late-comers é altamente influenciada pelo *Path Dependence*: há poucos incentivos para o empreendedorismo, gerando uma forte tendência a investir em um produto cuja a infraestrutura necessária já esteja instalada no país e a existência de lucro seja certa. Isso acaba gerando uma dependência da economia em alguns poucos produtos e baixa diversificação econômica.⁶

Além disso, é necessário lembrar que o processo de industrialização por substituição de importações sul-americano foi além do keynesianismo da simples regulação estatal nas relações econômicas e trabalhistas. A industrialização por substituição de importações posicionou o Estado como interventor direto e criador da indústria de base, infraestrutura energética e transportes, setores que não receberiam investimento privado num primeiro momento devido a custos altos e lucro a longo prazo. Essa realidade somada à influência da CEPAL⁷ contribuiu na formação de atores políticos e ideias de tendência esquerdista, sejam estas mais ou menos ortodoxas. É interessante perceber que inclusive a “burguesia nacional” brasileira, se é que ela existe, tem a tradição de defender a presença do Estado na economia. Logicamente, na busca de seus próprios interesses, ou seja, na forma de subsídios, como produtor de insumos e controlador de barreiras. De qualquer forma, essa visão vai de encontro à perspectiva liberal de que o Estado é ineficiente e deve existir apenas para garantir a segurança interna e externa do país. Não esquecendo que muitos governos autoritários e interventores - tanto socialmente quanto economicamente - do Cone-sul foram apoiados pelas próprias elites econômico-produtivas locais. Exemplo disso, foi o apoio inicial dado pela classes médias e o setor empresarial brasileiro ao governo militar, que adotou diversas políticas de caráter heterodoxo na busca do crescimento, resultando no Milagre Econômico em 1973.

ANOS 2000 E A MARÉ ANTILIBERAL NA AMÉRICA DO SUL

As indústrias sul-americanas não tinham nem a maturidade nem a competitividade necessárias para suportar a abertura econômica e financeira do período neoliberal. O grau de abertura requerido pelos organismos internacionais não era viável de ser sustentado em países periféricos como o é em países desenvolvidos. Na teoria, a opção de abertura e valorização cambial com fins de controle inflacionário parecia muito eficiente. Entretanto, na prática, ela foi bastante custosa, já que diversas empresas foram coagidas a reduzir seus preços devido à alta competitividade dos produtos importados e muitas não resistiram, indo à falência e provocando desempregos conjunturais. Como resultado, a redução do investimento produtivo, agravada pelo encarecimento do crédito – fruto de políticas antiinflacionárias – gerou dependência ao capital externo, aumento do desemprego, da pobreza e da informalidade do trabalho.

Essa conjuntura de recessão das economias periféricas neoliberais abriu espaço para uma resposta conjuntural, assim como estrutural, dos países latino-americanos com a ascensão de governos antiliberais ao poder executivo de diversos países⁸. A partir da reformulação interna de líderes e partidos surge a denominada Terceira Onda ou Maré Rosa, na América do Sul. Aqui foi utilizado o exemplo do Brasil e do Partido dos Trabalhadores para exemplificar a inflexão e reestruturação interna sofrida por um partido tradicional trabalhista portador de discurso antiliberal. Este passa a adotar elementos da política neoliberal, como a preocupação contínua de controle inflacionário e controle do déficit fiscal, variando em maior ou menor medida em cada país. No caso do Brasil, nos dois mandatos do governo Lula, a política antiinflacionária foi notadamente marcada por juros altos, aumentando o custo do capital para os tomadores de crédito e limitando o crescimento produtivo. Diferentemente da esquerda radical, a social-democracia traz uma continuidade do modelo de produção capitalista com a novidade de incluir a preocupação por equidade e justiça social, reconhecendo as deficiências da economia de mercado impostas pelo Consenso de Washington e percebendo como ingênua a percepção de que o mercado é justo, livre de falhas e autorregulador. Levando a formação de uma nova agenda de desenvolvimento, centrada na postulação do Estado como agente econômico: Estado com capacidade de gestão, necessidade de intervenção para corrigir as injustiças do mercado, necessidade de integrar políticas econômicas e sociais (PANIZZA, p.10, 2006).

REALIDADE BRASILEIRA PARADIGMÁTICA

Tomando o Brasil como realidade paradigmática por ser a maior economia regional, liderança histórica internacional na representação dos interesses sul-americanos desde a Liga das Nações e por ter apresentado forte intervenção estatal durante o desenvolvimento da sua indústria, foi possível perceber que as transformações políticas internas ocorridas ao longo do século XX foram altamente compatíveis com a teoria de Peter Gourevitch⁹. O acadêmico parte de uma abordagem institucionalista que privilegia o entendimento da estrutura interna do país defendendo que crises econômicas são momentos de rearranjo político na história nacional, abrindo espaço para o questionamento do *status quo*, e podendo levar à mudança de paradigmas.

Fazendo um breve balanço da história política brasileira do século XX a partir da perspectiva de Gourevitch, temos que: a crise econômica de 29 gera, no Brasil, o rompimento com a política oligárquica e início da era de desenvolvimentismo varguista com a Revolução de 30; a crise industrial brasileira de 1962 contribuiu para o questionamento e crise política no governo Jango, abrindo as portas para o golpe de direita e início do regime militar; a década perdida – década de 80 – marcada pela crise da dívida externa, influenciou o fim do regime militar e a reinstauração do período democrático. E, por fim, a crise cambial de 1998-99 teria aberto espaço para o questionamento das políticas econômicas ortodoxas do Plano Real contribuindo para a eleição de um candidato opositor representante da esquerda tradicional partidária. Contudo, não se pode entender a esfera econômica como causa única dessas mudanças político-estruturais, mas, ao mesmo tempo, não se pode negar que, juntamente com fatores de ordem interna social, política, e cultural, as crises econômicas contribuíram, de alguma maneira, para as transformações estruturais elencadas nessa breve análise.

Crises econômicas, portanto, incentivariam uma mudança política interna já latente. Para Gourevitch, é necessário entender o poder político por detrás da implementação das políticas econômicas. Segundo ele, em toda sociedade há diversas perspectivas acerca da forma mais eficiente de se gerenciar a economia nacional, mas a perspectiva triunfante será aquela cujos partidários detiverem poder suficiente para transformar sua teoria em força de lei. Trabalhando com tipos ideais, podemos elencar duas perspectivas principais dentro da realidade brasileira: uma de cunho liberal e outra de cunho keynesiano. Aplicando isso ao período histórico que será analisado, é possível perceber que a perspectiva liberal foi a triunfante durante toda a década de 90¹⁰, havendo uma inflexão em

2003 com a chegada ao poder do PT, iniciando uma mudança de paradigma com a inserção do objetivo final de crescimento econômico com redução da desigualdade de renda, por meio do aumento da demanda efetiva a partir de políticas fiscais expansionistas.

CRISE CAMBIAL BRASILEIRA (1998/99)

Tomando o exemplo do Brasil, com a implementação do Plano Real (1994), seu sucesso imediato é tão forte que o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, mentor do plano econômico, é eleito presidente nas eleições do mesmo ano. Entretanto, a médio prazo, as políticas de sobrevalorização do Real e, conseqüente, abertura econômica, acabam prejudicando a indústria nacional e os setores exportadores, refletindo na redução do emprego e no baixo crescimento. Como resultado, aumentam-se os déficits comerciais e o desequilíbrio externo. Para atrair capitais estrangeiros com o fim de manter o Real valorizado, uma abertura financeira com base em altas taxas de juros é feita. O aumento da taxa de juros incide positivamente no capital financeiro, atraindo investimento externo, entretanto, se mostra negativo para o capital produtivo, uma vez que encarece o crédito ao investidor e ao consumidor, desacelerando toda a atividade econômica.

Tais problemas estruturais de uma política antiinflacionária baseada na âncora cambial¹¹ por um longo período (1994-1999), somados a uma crise de contágio de outras economias periféricas (México, 1994, Sudeste Asiático, 1997 e Rússia, 1998) levam a uma fuga de capitais estrangeiros do Brasil inviabilizando a manutenção de um câmbio sobrevalorizado frente às moedas estrangeiras. Como resultado, o Banco Central abandona o regime de câmbio fixo em Janeiro de 1999 pelo câmbio flutuante. Com o início do novo regime, o Real passa por uma brusca desvalorização levando a um aumento súbito de preços em um curto prazo e, conseqüentemente, à grande insatisfação popular e crise política do governo FHC. É importante lembrar que este foi eleito e reeleito com base no discurso de estabilidade econômica a partir da estabilidade do Real.

A crise desestabilizou o sistema de relações e medidas políticas: os atores sociais afetados pela situação econômica começaram a avaliar e questionar as políticas econômicas implementadas, assim como se abriram ao surgimento de novas propostas. Dessa forma, o segundo mandato do FHC (1999-2002), também marcado pela Crise do Apagão em 2001¹², foi caracterizado pelo questionamento do *status quo* no âmbito político.

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL EM 2002: LULA (PT) X SERRA (PSDB)

Essa realidade, caracterizada por crises, foi decisiva na eleição presidencial de 2002. De um lado, o PSDB de José Serra, mesmo partido de Cardoso, representava a continuidade das mesmas políticas que, embora tenham obtido a estabilização econômica no primeiro mandato FHC, levaram a resultados socioeconômicos desastrosos no segundo. De outro lado, em um contexto de insatisfação popular e de busca de ruptura, o PT baseava o seu discurso exatamente na necessidade de mudança, resultando na vitória do Lula em 2002 como o segundo presidente mais votado do mundo, até aquele período, com 53 milhões de votos. A vitória do Lula simbolizou a mudança no paradigma do equilíbrio fiscal e controle inflacionário para o novo paradigma de crescimento econômico com redução da desigualdade, mas ainda sem deixar de lado o equilíbrio das finanças e a necessidade de manter a confiança internacional.

Há que considerar que as perspectivas de vitória de um candidato com histórico de discurso antiliberal aumentaram o risco-Brasil, reduzindo a confiança dos investidores, resultando na terminologia “risco-Lula”. Em contrapartida, Lula assina a paradigmática “Carta ao Povo Brasileiro” no ano da eleição simbolizando o seu compromisso com os contratos nacionais e internacionais, e na garantia do equilíbrio fiscal. Isso gerou, de um lado, insatisfação de setores mais à esquerda, e de outro lado, a redução da desconfiança de setores de direita, e, ainda, logrando angariar o apoio de setores do empresariado e da classe média. Dessa forma, o próprio PT passa por inflexões internas, perdendo o radicalismo e se afastando da sua ideologia originária, passando a incluir elementos da agenda neoliberal como estabilidade fiscal e controle inflacionário. Entretanto, defendendo-os como um meio necessário para se chegar ao crescimento econômico e não mais como um fim em si mesmo. Daí a diferença crucial entre a perspectiva neoliberal anterior e a nova perspectiva imbuída em um “capitalismo protegido” que busca reduzir as disparidades sociais, a partir da ação estatal.

É possível perceber que, tanto o neoliberalismo da década de noventa, quanto a ascensão das esquerdas na década de 2000, presentes nas grandes e médias economias da América do Sul, formaram duas realidades conjunturais na região: em um primeiro momento, o neoliberalismo e, em um segundo momento, o surgimento da nova esquerda. De fato, o grau de neoliberalismo ou de moderação da esquerda variou de país para país, segundo a estrutura sociopolítica interna de cada local. Mas, de uma forma geral, a América do Sul parece estar sujeita a uma espécie de *spillover* ou, em outras palavras, um efeito transbordamento gerador de influência em um espaço geopolítico muito próximo. Possivelmente, um passado histórico similar e características semelhantes no processo de industrialização e desenvolvimento econômico desses países tenham contribuído para isso. O capitalismo industrial se desenvolveu na América do Sul de forma predatória para as massas trabalhadoras devido às características estruturais das economias *late-late comers*, fazendo com que a presença do Estado, em subsídios, incentivos e investimento em infraestrutura nessas economias tenha sido não só desejosa, mas também necessária.

NOTAS

[1] Panizza, Francisco. (2006), "La Marea Rosa". Análise de Conjuntura OPSA, n.8, ago. Disponível em <http://observatorio.iuperj.br/analises.php>.

[2] Dentre as principais prescrições para o crescimento do Consenso de Washington temos: disciplina fiscal, adoção de câmbio de mercado, abertura econômica e financeira, privatizações e desregulamentação de leis econômicas e trabalhistas.

[3] Serra, José. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia do Pós-Guerra. Revista de Economia Política Vol 2-2, No 6 Abril-Junho, 1982.

[4] caso do Brasil em 1962, em que houve estagnação econômica por geração de grande capacidade ociosa da indústria frente à saturação da demanda do mercado consumidor nacional.

[5] Na realidade brasileira, por exemplo, quem acaba financiando o desenvolvimento e liberando crédito são os bancos públicos (BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica);

[6] caso do café no Brasil durante a República Velha e período imperial, já havia mercado consumidor, terra, mão-de-obra, estradas, trens e subsídio do governo instalados.

[7] de corrente marxista-keynesiana, teve forte influência nos anos 50 e 60 ao pensar a realidade do continente sul-americano de forma *sui generis*.

[8] Venezuela (Hugo Chávez 1999- 2013), Guiana (Bharrat Jagdeo 1999-2011), Suriname (Rinaldo Ronald Venetiaan 2000-2010), Chile (Partido Socialista do Chile; Michele Bachelet 2006-2010), Brasil (PT; 2003-atual), Argentina (Governos Kirchner, 2003 - Atual), Uruguai (Frente Amplio; Tabaré Vázquez 2005-2010; José Mujica 2010 - Atual), Bolívia (MAS; Evo Morales 2006 - Atual), Equador (Rafel Correa 2007 - Atual), Paraguai

(Fernando Lugo 2008 - 2012), Peru (Partido Nacionalista Peruano; Ollanta Humala 2011 - Atual).

[9] "Políticas estratégicas en tiempos difíciles. Respuestas comparativas a las crisis económicas internacionales".

[10] No caso do Brasil, a tendência neoliberal dos anos 90 teve uma forma menos ortodoxa, podendo ser classificada por um neoliberalismo híbrido, já que se adotou parte da agenda neoliberal, com privatizações e políticas recessivas, concomitante à permanência de grandes estatais - como bancos comerciais e de desenvolvimento (Banco do Brasil e Caixa Econômica), além de empresas de petróleo (Petrobrás) e energia (Eletrobrás).

[11] mecanismo em que as taxas de câmbio são fixadas pelo governo, que controla sua variação, na tentativa de reduzir a inflação em momentos de desestabilização da economia.

[12] A redução do investimento em infraestrutura energética durante os anos neoliberais, somadas a um fator circunstancial de escassez de chuvas, resultou em apagões frequentes na região Centro-Sul do país e racionamentos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUZAN, Barry. **Regions and Powers The Structure of International Security**. Cap 10- South American an Underconflictual Anomaly? , 2003. p. 304-340.

CERVO, Amado. **Sob o Signo Liberal: as Relações Internacionais da América Latina**. Revista Brasileira de Política Internacional., 2000. p. 5-27.

GOUREVITCH, Peter. **Políticas Estratégicas en Tiempos Dificiles. Respuestas comparativas a las crisis económicas internacionales**. FCE, México, 1986.

SERRA, José. **Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia do Pós-Guerra**. Revista de Economia Política Vol 2-2, No 6 Abril-Junho, 1982.

PANIZZA, Francisco. **La Marea Rosa**. Análise de Conjuntura OPSA, n.8, ago. Disponível em <http://observatorio.iuperj.br/analises.php>, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. **O Neoliberalismo no Brasil: Estrutura, Dinâmica e Ajuste do Modelo Econômico**.

Fiori, José Luís. "Requiescat in pace". *Valor Econômico*. 25 de agosto de 2010.

FILGUEIRAS, Luiz. **Neoliberalismo e Crise na América Latina: O caso do Brasil**. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/filgueiras.doc>, 2002.

SEGURANÇA NA ERA DIGITAL: SMARTPOWER E NOOPOLITIK NA SOCIEDADE DE REDE

Caio Cesar da Silva Rebelo¹
Gabriella Nunes da Silva²
Renato Borges Macedo³

Resumo

Este artigo terá como objetivo explorar a articulação das novas tecnologias de informação na nova realidade geopolítica mundial, observando como o Brasil pode se utilizar dessa dinâmica em sua política externa. Para tanto, tais análises serão feitas a partir das teorias das Relações Internacionais, entre as quais figuram autores da corrente realista moderna como Hans Morgenthau e da corrente neoliberalista como Joseph Nye, assim como outros autores das Ciências Sociais, tais como Castells, Arquilla e Ronfeldt. Para reunir informações acerca do tema discutido, optou-se por uma pesquisa bibliográfica, abarcando algumas das principais obras sobre o tema. Uma vez que o trabalho objetiva partir da formulação de paralelo entre os exemplos mais notórios do uso da cibernética como ferramenta estratégica para a política, para a elaboração do raciocínio presente neste artigo, optou-se pelo uso do método comparativo. Ao final, espera-se apreender melhor as principais tendências no que toca o emprego da cibernética pelos Estados em termos de política externa, especificando o papel do Brasil nessa dinâmica.

INTRODUÇÃO

Desde as últimas décadas, o progresso e desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação em massa desencadearam uma série de transformações tanto na dinâmica das relações interpessoais quanto na produção e difusão de conhecimento. Graças à Internet, às redes sociais e à moderna telefonia móvel, surgiu todo um conjunto de estruturas e redes que transcendem os limites do tradicional modelo de Estado-Nação. Por um lado, essas novas ferramentas aumentaram exponencialmente o dinamismo e o alcance de ideias e informações, bem como os espaços de participação popular junto à esfera governamental; por outro lado, também se provaram um conjunto de instrumentos extremamente útil para práticas ilícitas e criminosas.

Este artigo procura explorar essa nova dinâmica sob o viés da segurança cibernética nacional, apontando as principais perspectivas para a inserção do Brasil nesse novo contexto das Relações Internacionais. Para tanto, partimos inicialmente de uma breve retrospectiva acerca do desenvolvimento tecnológico por trás da atual Era da Informação. Em seguida, buscaremos analisar como diferentes teóricos, tanto das Relações Internacionais, quanto das Ciências Sociais, abordam a temática da utilização do poder político através da cibernética, explorando conceitos como o Poder Político em

Morgenthau, Poder cibernético e *Smartpower* em Nye e *Noopolitik* em Ronfeldt, Arquilla e Castells.

Posteriormente, realizaremos uma análise comparativa entre a forma como o Brasil trabalha atualmente sua política cibernética e como os Estados Unidos desenvolvem a sua própria. Por fim, iremos apontar algumas das principais possibilidades para que o Brasil desenvolva uma política externa mais condizente com a atual conjuntura internacional e suas potencialidades, além de reforçar sua posição enquanto potência regional.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Para traçar a origem da internet e do próprio ciberespaço é preciso retornar à lógica de segurança dentro da Guerra Fria. Ao final dos anos 1960, havia por parte dos norte-americanos uma série de iniciativas para desenvolverem sua superioridade tecnológica frente ao sucesso soviético com o lançamento do *Sputnik* em 1957 (CASTELLS, 2003). A rede de computadores criada pela *Advanced Research Projects Agency* (ARPA) foi um projeto pautado em aperfeiçoar a transferência de informação entre os diversos computadores dos sistemas de inteligência norte-americanos. Apesar de constituir uma rede fechada, a Arpanet -como a rede foi chamada- já abarcava muitos dos elementos presentes na internet atual, tais como os primeiros sistemas de e-mail e salas

de bate-papo. Essa rede inicial, território de um grupo restrito de acadêmicos e técnicos, constitui o que –para fins didáticos- convencionamos chamar de *web 1.0* (PARRY, 2012).

Desde seu surgimento, a *web* se ampliou consideravelmente nas décadas seguintes, como pode ser percebido pelo *boom* no número de *sites*, que passaram de 50 em 1993 para 5 milhões em 2000 (NYE, 2011), graças à proliferação de provedores de internet e do crescente barateamento e miniaturização dos componentes eletrônicos utilizados, como processadores e semicondutores. Atualmente, a *web* também permeia a esfera do cotidiano e das relações interpessoais, essa é a chamada *web 2.0*. O princípio por trás desse momento é erosão da barreira que existe dentro das mídias entre os produtores de conteúdo e os consumidores. Hoje as mídias tradicionais (imprensa, televisão, rádio, cinema etc.) se encontram, em maior ou menor nível, diluídas e englobadas pela *web*, como é o caso dos jornais e outros periódicos *online*, *blogs* e redes sociais - essas últimas ganharam notoriedade nos últimos anos devido a sua elevada capacidade de difundir ideias e mobilizar grupos, sinalizando uma possível tendência no futuro.

Se por um lado as novas tecnologias do campo cibernético oferecem a possibilidade de uma ampliação do leque de interações sociais e da produção e difusão de conhecimento e informação, por outro, também criou um conjunto de ferramentas que se provaram extremamente úteis para organizações criminosas e outros grupos ilegais. Ataques de *hackers* a servidores governamentais, roubo de dados de empresas e governos, e esquemas fraudulentos via internet e até mesmo ataques coordenados entre países, tem se tornado algumas das principais preocupações dos governos na atualidade. Sobre esta temática, tanto os postulados de autores mais clássicos, como Hans Morgenthau, quanto os mais atuais como Joseph Nye possuem contribuições pertinentes para o entendimento das Relações Internacionais nessa nova era.

APORTE TEÓRICO: PODER POLÍTICO, CIBERNÉTICA E NOOPOLITIK

Entre os autores que figuram no rol dos clássicos das Relações Internacionais, Hans Morgenthau figura não somente como um grande expoente do realismo moderno, como também da disciplina como um todo, contribuindo para desenvolver a discussão sobre a

natureza do poder político nas Relações Internacionais, campo onde muitos de seus postulados permanecem atuais mesmo diante das teorias mais recentes.

Falecido em 1980, a tecnologia de informação e comunicação em massa conhecida pelo autor se encontrava em primeiro lugar limitada pelo desenvolvimento de sua época e em segundo monopolizada por um pequeno número de grupos particulares e órgãos governamentais. Morgenthau não pôde, portanto, ver a expansão e a difusão da internet (incipiente na época), especialmente seu uso pela população em geral, uma marca comum da contemporaneidade.

Entretanto, esse fato não o impede de formular algumas colocações pertinentes dentro dessa discussão, ainda que algumas ressalvas sejam necessárias. O aspecto “faca de dois gumes” das tecnologias de informação, que ao mesmo tempo em que possibilitam aos indivíduos se comunicarem entre si com rapidez e eficiência, também fornece aos governos e aos órgãos privados de comunicação uma miríade de recursos tecnológicos para monitorar e –se necessário, cortar- quaisquer transmissões (MORGENTHAU, 2003) é extremamente atual, ainda que o autor subestime, devido em grande parte seu enfoque estadocêntrico, a natureza dinâmica dos meios de comunicação, principalmente o ciberespaço.

Atualmente, com o nível de acessibilidade e recursos de mídia disponíveis para toda a nova geração de computadores e telefonia móvel conectados a uma rede cada vez mais globalizada, é virtualmente impossível para qualquer Estado controlar completamente o fluxo de informação que entra e sai do próprio território – a exemplo do ocorrido no Mundo Árabe a partir de 2011 ou ocasionalmente na China -, dessa forma, a construção de uma opinião pública tanto nacional como internacional por parte dos órgãos políticos de cada Estado se torna um processo cada vez mais complexo e imprevisível.

Se por um lado sua formulação a respeito das tecnologias de comunicação em massa – e notadamente da cibernética – deixam a desejar se analisadas à luz da realidade atual, sua formulação de poder na política internacional se mantém coerente e extremamente atual. A política enquanto uma das dimensões das Relações Internacionais, segundo o autor, resume-se a

luta pelo poder como fim imediato, seja para adquiri-lo, seja para conservá-lo ou demonstrá-lo, sendo a política internacional, portanto, a disputa entre aqueles que exercem o poder no sistema internacional: os Estados nacionais (MESSARI & NOGUERA, 2005). O Poder a que Morgenthau (2003) se refere é uma relação comportamental: se trata da forma pela qual um Estado utiliza seus recursos de poder para então transformar e influenciar o comportamento de outro, de maneira a possuir certo grau de controle sobre o mesmo, seja por forma de coerção direta ou cooptação, para atingir algum objetivo específico em sua política externa. A ameaça de ocupação militar e o peso econômico são exemplos clássicos, porém não podemos deixar de lado a questão da formação do apoio da opinião pública tanto nacional como internacional, levando em conta a base comportamental do exercício do poder (CASTRO, 2010).

Além de comportamental, a ideia de recursos de poder também é contextual. Morgenthau (2003) concebe os recursos de poder como variáveis, na medida em que ganham ou perdem relevância no cenário político internacional, conforme surgem novas tecnologias e formas de interação. Dessa forma, é possível afirmar que, muito embora o poder continue a ser produto de uma relação comportamental e o fim imediato de todos os Estados, os recursos a partir dos quais ele é exercido não apenas podem como tendem a mudar conforme as transformações do Sistema Internacional. Assim, a cibernética não era um recurso de poder tão importante na época de Morgenthau, mas isso não quer dizer necessariamente que a mesma não pudesse ganhar importância estratégica, conforme se vê na atualidade.

Se por um lado Morgenthau pouco analisou a dinâmica da cibernética, Nye (2012), por outro lado, dedicou especial atenção a esse novo domínio. O domínio cibernético, partindo de uma conceituação mais abrangente, não se limita apenas à Internet e às redes convencionais, se estendendo também às diversas intranets (redes de computadores fechadas, tanto públicas quanto privadas), à telefonia móvel e à comunicação via satélite.

Assim, em um sentido literal, o poder cibernético é definido como “um conjunto de recursos que se relacionam à criação, ao controle e à comunicação de informação baseadas em computador” (NYE, 2012). Apesar pertencer a uma tradição teórica

fortemente contrária ao realismo de Morgenthau, Nye acaba por concordar com o mesmo ao conceituar o poder pelo viés comportamental e aponta o poder cibernético como sendo a capacidade de alcançar objetivos pretendidos, dentro ou fora do espaço cibernético, através do uso de recursos que a cibernética oferece (NYE, 2012).

Na esteira das transformações desencadeadas pela chamada Era da Informação, Nye (2012) observa que diversos novos atores no cenário internacional - como grandes corporações, grupos de indivíduos e ONGs - agora despontam dentro do cenário das relações internacionais justamente por causa das novas tecnologias de comunicação em massa e das novas teias de relações fora do controle efetivo do Estado-Nação tradicional que surgem com as mesmas (NYE, 2012). A esse fenômeno Nye chama de difusão de poder:

O que isso significa é que a política mundial não será a província isolada dos governos. [...] Tanto os indivíduos quanto as organizações privadas, variando desde corporações até ONGs e terroristas, estão capacitados para desempenhar papéis diretos na política mundial. A difusão da informação significa que o poder será amplamente distribuído e as redes informais enfraquecerão o monopólio da burocracia tradicional. [...] Os líderes políticos vão desfrutar de menos liberdade antes que possam reagir aos acontecimentos, e terão de compartilhar o palco com mais atores. (NYE, 2012. p. 154-155)

Isso não quer dizer, no entanto, que é possível considerar o Estado-Nação como uma relíquia ultrapassada, muito menos que a tecnologia de informação tenha nivelado em um mesmo nível de poder as grandes potências e os pequenos estados, e estes com as corporações e indivíduos. Como o próprio Nye afirma, embora os efeitos descentralizadores da tecnologia de informação sejam uma tendência, os Estados nacionais ainda figurarão como os protagonistas dentro da política internacional para os próximos anos (NYE, 2012).

Tanto como ferramenta quanto como um domínio à parte, os recursos cibernéticos podem ser usados tanto para o exercício de *Softpower* (a dimensão da cooptação) quanto de *Hardpower* (a dimensão da coerção) dentro do próprio domínio cibernético. Desde práticas de espionagem e ataques guiados a servidores governamentais até campanhas de diplomacia e

mobilização política, são inúmeras as possibilidades para a geração de impacto do poder cibernético, tanto dentro da própria rede quanto na infraestrutura na qual se apoia.

Neste contexto, o poder cibernético se apresenta sob três faces. A primeira delas, diz respeito à “capacidade de um ator para fazer outros realizarem algo contrário às suas preferências ou estratégias iniciais” (NYE, 2012). Neste primeiro aspecto, o *Hardpower* pode ser exercido, por exemplo, por meio de ataques a servidores, inserção de *malwares*, prisões de bloggers “oposicionistas”, etc. O *Softpower*, por sua vez, pode ser exercido quando um ator tenta persuadir terceiros a mudar seu comportamento. Vídeos e páginas com o objetivo de divulgar uma mensagem específica e atrair indivíduos e grupos para uma determinada causa, como a revista eletrônica *Inspire* – no caso, dos grupos ligados a Al-Qaeda - ou da propaganda do governo russo durante os ataques à Geórgia em 2008, destinada aos hackers; são bons exemplos dessa prática.

A segunda face do poder é quando se faz uma reestruturação da agenda, onde um ator impossibilita as escolhas de outro(s), por meio da exclusão de suas estratégias (NYE, 2012). Se este ajuste da agenda for contra a sua vontade – por exemplo, através de firewalls, filtros ou pressão sobre companhias para que estas excluam algumas ideias -, caracteriza-se como exercício de *Hardpower*. Porém, se for aceito como legítimo, como o incentivo à criação de regras comumente aceitas, caracteriza-se como exercício de *Softpower*.

E, por fim, a terceira face do poder caracteriza-se pelo envolvimento de um ator ao moldar as preferências iniciais de outro para que determinadas estratégias não sejam sequer consideradas. Segundo Nye (2012), as ameaças de punição para bloggers que disseminam material censurado ou o desenvolvimento de normas de repulsa à determinada temática – como a questão da pornografia infantil – são exemplos de exercício de *Hardpower* e *Softpower*, respectivamente.

É importante ressaltar que o domínio cibernético é um campo que difere de qualquer outra esfera de domínio tradicional – terra, mar, ar e espaço - pois apresenta baixas barreiras de entrada, o que torna mais fácil a difusão do seu poder, permitindo com facilidade a atuação tanto de atores estatais como de atores não-estatais. Consequentemente, os conflitos no

domínio cibernético também se dão de maneira muito diferente dos conflitos no mundo físico. Nye (2012) explica que, enquanto no mundo real o monopólio do uso da força em larga escala é praticamente exclusividade dos governos, os recursos quanto à mobilidade são dispendiosos e os ataques terminam devido ao desgaste ou à exaustão, no universo virtual, os atores são variados - muitas vezes anônimos -, a distância física é praticamente inexistente, e os custos de um ataque virtual, mínimos. Isso dificulta consideravelmente a elaboração de mecanismos de defesa, visto que no domínio cibernético é muito mais difícil identificar a fonte do ataque e qualquer atribuição equivocada poderá trazer graves consequências para as relações exteriores de um Estado.

A fórmula para uma política externa eficiente, seja no campo da cibernética, seja em qualquer outro domínio, não se encontra na adoção exclusiva de métodos de coerção ou cooptação, de uma escolha entre *hardpower* e *softpower*, mas sim de um manuseio estratégico de ambos, adaptado para a realidade e as necessidades particulares de cada Estado (NYE, 2012). A esse manuseio Nye (2012) chama de *Smartpower*, isto é, poder inteligente.

Ainda dentro da discussão sobre política internacional e cibernética, o sociólogo espanhol Manuel Castells (2003) retoma os conceitos de *noosfera* e *noopolitik* formulados por Arquilla e Rondfeldt ainda no início dos anos 2000 e os aponta como uma tendência crescente dentro do cenário das Relações Internacionais. Por *noosfera*, define-se o ambiente de informação global dada a sua configuração atual, ou seja, abrange tanto o ciberespaço quanto as demais mídias (estando ou não diluídos dentro das redes). *Noopolitik*, portanto, seria a todo tipo de medida que visa a promoção de interesses através da *noosfera*. (ARQUILLA & RONDVELDT, 1999)

Longe de se contrapor ao conceito clássico de *realpolitik* ou de negar a sua aplicabilidade no novo contexto internacional, Castells (2003) defende a *noopolitik* como um complemento à prática da política internacional tradicional. Nesse sentido, ele - juntamente com Arquilla e Rondfeldt - dialoga tanto com Morgenthau quanto com Nye. Castells (2003) por um lado trata a cibernética como um novo recurso de poder em moldes muito parecidos com o do realismo moderno, isto é, como um conceito que varia tanto de acordo como o período histórico como à capacidade dos atores

de utilizá-lo. Por outro lado, também trata o poder como um fenômeno comportamental, produto não somente da coerção por meios materiais, como também da cooptação, sendo esse último fortemente influenciado pelos fluxos de informação.

Num mundo caracterizado por interdependência global e moldado pela informação e a comunicação, a capacidade de atuar nos fluxos de informação, e sobre mensagens da mídia, torna-se uma ferramenta essencial para a promoção de um programa político. (CASTELLS, 2003. p132).

BRASIL E ESTADOS UNIDOS: ASSIMETRIAS VIRTUAIS

Dentro da atual conjuntura do Sistema Internacional, onde os fluxos de informação e a cibernética apresentam vital importância tanto no cotidiano das grandes cidades quanto em setores estratégicos da gestão política dos Estados, seria anacrônico pensar em um conceito de política externa ou de segurança nacional que não estivesse integrado a todo esse contexto.

Os fluxos de capital nas bolsas de valores, a possibilidade de ataques cibernéticos aos servidores governamentais, o roubo de propriedade intelectual através da rede, bem como a ameaça de espionagem internacional virtual, tornaram-se nos últimos anos algumas das principais preocupações dos governantes e *policy makers* das principais potências mundiais.

Nesse sentido, os Estados Unidos despontam como uma das principais autoridades no assunto, devido às exigências para a manutenção de sua condição de potência hegemônica dentro do novo contexto das Relações Internacionais, marcado pela emergência de redes e fluxos de informação paralelos ao controle do Estado e de novos atores internacionais (NYE, 2012).

Com um gasto de cerca de U\$ 620,3 bilhões (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2012) em defesa em 2012, os Estados Unidos podem ser apontados como um dos principais exemplos de investimento nesse campo na atualidade. Juntamente com todo o complexo industrial-militar que o garante como sendo a maior potência militar do planeta, há também um grande sistema de agências de inteligência encarregado da logística e planejamento, responsável tanto pela defesa dos interesses norte-americanos no estrangeiro quanto pela

segurança interna, em gastos que somam U\$ 87,2 bilhões (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2012). Curiosamente, esses dados mais recentes figuram já como parte do quadro de corte de gastos levado a cabo pela administração Obama, em face do elevado endividamento estatal causado pelos gastos com as guerras do Iraque e Afeganistão – heranças da gestão anterior – e agravado pela crise econômica de 2008. Entretanto, se por um lado os gastos com o aparato militar tradicional entraram em uma relativa diminuição, os investimentos nos serviços de inteligência e defesa cibernética ganharam significativo destaque na agenda norte-americana.

Segundo o *International Strategy for Cyberspace – Prosperity, Security and Openness in a Networked World*, divulgado pela Casa Branca em 2011, os Estados Unidos pareceram assentar as bases para uma nova abordagem sobre o ciberespaço e poder cibernético. Conforme defenderam Nye (2012) e Castells (2003), a política norte-americana para esse domínio tomou contornos menos impositivos e mais próximos a um ideal cooperativo, buscando promover o que é descrito no relatório como uma infraestrutura de informação e comunicação aberta, segura e confiável para sustentar os fluxos do comércio internacional, fortalecer a segurança internacional e assegurar a liberdade de expressão e informação (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011). Para tanto, a política cibernética norte-americana se pauta, em virtude da impossibilidade de controlar efetivamente todos os nós de informação da rede (CASTELLS, 2003), em ações de governança que buscam favorecer normas de condutas positivas entre os Estados e delegar responsabilidades entre os mesmos, juntamente com medidas de coerção a grupos criminosos e outros agentes não estatais.

Para tanto, foi formulada uma estratégia pautada em três eixos: Diplomacia, Defesa e Desenvolvimento. O primeiro eixo objetiva a cooptação de outros países à causa norte-americana de maneira a estreitar relações com os mesmos e criar uma coincidência de interesses que motive esses últimos a assumir parte do ônus da tarefa de monitorar a rede. O segundo ponto entra um pouco mais no âmbito da coerção, na medida em que investe em estratégias de dissuasão (fortalecendo a resiliência das redes domésticas norte-americanas e de outros países) e contenção (na medida em que encorajaria a ação de autoridades locais no combate aos cibercrimes e acordos

internacionais para investigação dos mesmos). O terceiro e último eixo, o de desenvolvimento, busca fortalecer a capacidade da própria rede em se defender de ataques, difundindo para tanto a tecnologia necessária por meio de acordos de comprometimento mútuos. A essa combinação de medidas coercitivas e cooptativas – *Hardpower* e *Softpower* – adaptada às condições e necessidades particulares de cada país Joseph Nye dá o nome de *Smartpower* (Poder Inteligente).

No caso brasileiro, a cibernética só passou a ser uma das prioridades nos planos de ação estratégica de defesa a partir de 2008 com o decreto nº 6.703:

O mencionado dispositivo legal também estabelece que as capacitações cibernéticas incluirão, como parte prioritária, as tecnologias de comunicações entre todos os contingentes das forças armadas, de modo a assegurar sua capacidade de atuar em rede. [...] Todas as instâncias do Estado deverão contribuir para o incremento da segurança nacional, com particular ênfase nos seguintes aspectos do setor cibernético: as medidas para a segurança das áreas de infraestruturas críticas*; e o aperfeiçoamento dos dispositivos e procedimentos de segurança que reduzam a vulnerabilidade dos sistemas relacionados à defesa nacional contra ataques cibernéticos e, se for o caso, que permitam seu pronto reestabelecimento. (CARVALHO, 2011. p).

Para cumprir o que foi colocado na Estratégia Nacional de Defesa quanto ao desenvolvimento da defesa cibernética nacional, o Plano Plurianual de 2012 a 2015 estipula que haverá financiamento da implementação de 40% do projeto para este período. Em 2012 anunciou-se a dotação de R\$ 111 milhões para o orçamento anual do projeto, dos quais apenas R\$ 34 milhões foram efetivamente pagos.

Mesmo considerando que este é um tema recente para a agenda governamental nacional e as diferentes perspectivas que cada país faz para a projeção de seu próprio poder no Sistema Internacional, é patente a diferença entre os programas brasileiro e norte-americano, tanto em termos de objetivos quanto de orçamentos. Essa relativa pouca atenção que os novos setores-chave dentro da atual lógica do poder no Sistema Internacional recebem, nas últimas gestões se devem não somente à possíveis esquemas ilícitos, mas também pela necessidade por parte do governo de priorizar determinadas áreas-chave da infraestrutura nacional

interna em relação a projetos do âmbito da política externa.

Sendo um país que essencialmente inaugurou a ideia de empregar redes fechadas de computadores juntamente com o aparato militar tradicional, os Estados Unidos se provaram um campo extremamente prolífico para o surgimento de inovações na aplicação da cibernética como ferramenta de política externa. Juntamente com programas de monitoramento do fluxo de dados e outras inovações no campo da espionagem, bem como *firewalls* e sistemas de criptografia de dados, os cientistas norte-americanos têm trabalhado continuamente em tecnologias baseadas na utilização da cibernética como ferramenta para gerar resultados fora do domínio cibernético. Aeronaves não tripuladas, sistemas de localização por satélite e a recente tática do *swarming* (enxameamento) figuram entre as mais recentes aplicações encontradas.

Essa última, aliás, pode potencialmente revolucionar a forma como a guerra convencional é estruturada, visto que adiciona tecnologia de comunicação em tempo real entre tropas independentes e altamente equipadas à antiga lógica das guerras de guerrilha. Ao invés de haver um grande contingente militar dividido em especialidades como infantaria, comunicações, engenharia, etc, haveria pequenas divisões de soldados altamente treinados e capazes de operar cooperativamente em qualquer função necessária (CASTELLS, 2003).

Conforme afirma Castells (2003) é efetivamente impossível para qualquer Estado, mesmo uma potência mundial, oferecer total proteção à sua rede doméstica contra ataques, pois na mesma medida em que um país necessita da cibernética para funcionar plenamente, mais vulnerável também estará a ataques que fazem uso da mesma. Entretanto, os nós-chave das redes de cada país, que regulam os sistemas de defesa e a infraestrutura básica (água, luz e comunicação) contam claramente com defesas mais robustas. No âmbito da segurança virtual interna, o governo norte-americano tem conseguido com sucesso garantir a proteção de setores prioritários de sua rede doméstica, e mesmo quando alguns destes se veem sob ataque, se mostra capaz de lhe garantir uma resposta imediata e inteligente e uma recuperação já em curto prazo.

Já no caso do Brasil, percebe-se, ao analisar em retrospecto os últimos episódios de invasão de sistemas governamentais, a herança negativa que a falta de investimentos no campo cibernético deixou. O episódio de espionagem da Petrobrás e de conversas particulares da presidente Dilma Rouseff neste ano, juntamente com casos mais esparsos de ataques de negação de serviços em 2011 ilustram de maneira bastante clara a deficiência tecnológica brasileira na questão da segurança virtual interna.

PERSPECTIVAS PARA O BRASIL

Como já foi discutido anteriormente, os impactos que as tecnologias de informação e comunicação tem no cotidiano e na dinâmica de relações entre os Estados e demais agentes, simplesmente não podem ser minimizados. A inclusão da defesa cibernética na agenda de projetos de interesse nacional é um passo inicial promissor – ainda que tímido – rumo a uma política virtual condizente com o atual momento histórico.

Para alcançar as metas de política externa pretendidas pelo governo (notadamente a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas) e reforçar sua posição enquanto potência regional, um arranjo de *Smartpower* que combine uma política diplomática forte, juntamente com medidas e demonstrações de poder coercitivo, é fundamental. Um sistema de defesa cibernética capaz de proteger os pontos-chave da infraestrutura crítica nacional e assegurar a resiliência da mesma diante de ataques é um ponto crucial, conforme estabelece o documento de Estratégia Nacional de Defesa. Muito embora a entrada no domínio cibernético possua custos muito inferiores se comparada em relação a outros setores como o aeroespacial e o nuclear, ainda assim necessita de uma infraestrutura física considerável, levando em conta servidores, satélites, cabos de fibra ótica e demais recursos físicos imprescindíveis à construção de uma rede doméstica abrangente e eficiente.

A segurança virtual interna passa necessariamente pelo desenvolvimento de *softwares* e códigos nacionais de criptografia, o que implica em um investimento maior em projetos de pesquisa e capacitação de recursos humanos. O domínio e controle de um código-fonte totalmente nacional iriam contribuir consideravelmente para o aumento da dificuldade de

tentativas de apreensão de informações de interesse nacional por parte de agentes externos, tanto governos como grupos de indivíduos.

Se por um lado no campo da defesa virtual as perspectivas para o Brasil se encontram mais fortemente aliadas ao aspecto da coerção, por outro, o campo da política externa apresenta uma maior diversidade de aplicações para o poder cibernético. Graças ao poder descentralizador das tecnologias de comunicação, a voz de qualquer país pode ser ouvida internacionalmente (ainda que em intensidades diferentes). Dito isso, as possibilidades para o uso da cibernética como um prolongamento da política externa brasileira são bastante promissoras.

Uma *Noopolitik* efetivamente nacional poderia utilizar a rede como forma de impulsionar o *Softpower* nacional ao ampliar o raio de divulgação e a qualidade da imagem vinculada ao Brasil no exterior. Programas de divulgação cultural, propostas de intercâmbio universitário e profissional, e divulgação de realizações técnico-científicas nacionais são apenas alguns exemplos de aspectos que poderiam ter sua divulgação ampliada exponencialmente por um uso mais estratégico das redes de informação. A ideia aqui, conforme afirmavam Castells (2003), Arquilla e Rondfeldt (1999), é transcender o limite da propaganda nacional pura e simples, uma vez que não objetiva apenas a interação entre governos, mas principalmente com as diferentes sociedades, influenciando na formação da opinião pública internacional. Somadas à diplomacia tradicional, as estratégias da *Noopolitik* contribuiriam para construir à longo prazo uma imagem que seja capaz de facilitar a cooptação de outros países dentro do Sistema Internacional.

Nesse sentido, as campanhas culturais destinadas a outros países como o “Ano do Brasil na França”, realizado em 2012, são um excelente começo, visto que a aproximação cultural pode, a longo prazo, resultar na ampliação das oportunidades de aliança com outros países tanto no campo comercial como o diplomático, algo particularmente interessante para o potencial nacional de conseguir um lugar junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O domínio da cibernética se desenvolveu exponencialmente e ampliou seu alcance e influência em uma escala considerável no últimos anos, indo de um conjunto de redes fechadas para uma intrincada trama onde circulam informações e dados a uma velocidade nunca antes vista.

Dentro da nova dinâmica de relações sociais, produtivas e políticas gerada pela nova Era da Informação, diversos atores não-estatais despontam dentro do Sistema Internacional: grandes corporações, grupos terroristas e mesmo indivíduos podem, ao explorar as possibilidades e vantagens oferecidas pela cibernética (e também suas vulnerabilidades), provocar resultados tanto dentro como fora das redes.

Dentro desse novo contexto, onde a internet e a cibernética surgem como um novo recurso de poder no Sistema Internacional do qual os Estados – tanto as grandes potências como os menores – devem se valer a fim de proteger e alcançar as metas de seus respectivos interesses nacionais. Desde medidas enérgicas como ataques de negação de serviço, envio de *malwares* com fins de sabotar sistemas-chave ou o roubo de dados vitais até estratégias mais coercitivas como programas de diplomacia virtual, divulgação de ideias pela rede, a cibernética fornece um amplo leque de opções estratégicas para o exercício tanto do *Soft Power* quanto do *Hard Power*.

Se por um lado os avanços do Brasil no setor cibernético parecem relativamente poucos em relação à política norte-americana para o ciberespaço, é importante ter em mente não somente a diferença de recursos de que cada país dispõem – não somente infraestrutura de comunicação e logística, mas também na questão da capacitação dos recursos humanos empregados –, como também os objetivos traçados por cada um e as abordagens pelos quais estes são buscados. Mesmo sendo a principal economia do planeta e destinando orçamentos bilionários para os setores de segurança e inteligência, mesmo os Estados Unidos se provam incapazes de controlar efetivamente todo o domínio cibernético, optando por uma estratégia mais realista de compartilhamento de responsabilidades na rede como forma de manter sua hegemonia.

Quanto ao projeto cibernético brasileiro, recomenda-se uma estratégia de *Smart Power* condizente tanto com as aspirações da política externa nacional, quanto com a

cojuntura interna. Além de reforçar as defesas de pontos críticos das redes domésticas com investimentos em pesquisas de desenvolvimento de tecnologias – especialmente *softwares* e sistemas de criptografia – e ampliar o alcance e o poder de cooptação gerados pela atração do *Soft Power* nacional, por meio de uma *noopolitik* bem formulada, é crucial para o país superar os gargalos em sua infraestrutura de comunicação, bem como buscar diversificar e fortalecer quaisquer parcerias internacionais úteis para seus objetivos, tendo sempre em mente a consolidação de sua posição como potência-chave na dinâmica regional e internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARQUILLA, John. RONDFELDT, David. **The Emergence of Noopolitik toward an American Information Strategy**. Santa Monica: 1999
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbndn.pdf>>. Acesso em 20. Ago. 2013
- _____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em 21. Set. 2013.
- CARVALHO, Paulo. O Setor Cibernético nas Forças Armadas Brasileiras. In: BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Desafios Estratégicos para a Segurança e Defesa Cibernética**. Brasília: 2011. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Seguranca_Cibernetica_web.pdf> Acesso em: 16. Set. 2013
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CASTRO, Thales. **Teorias das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2012.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Office of Management and Budget. **Department of Defense - The Budget for Fiscal Year 2014**. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/omb/budget/fy2014/assets/defense.pdf>>. Acesso em: 21. Ago. 2013.
- _____. White House. **International Strategy for Cyberspace – Prosperity, Security and Openness in a**

Networked World. Disponível em: <
http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/international_strategy_for_cyberspace.pdf>. Acesso em 7. Set. 2013.

MENEZES, Dyelle. Ação para defesa cibernética recebeu apenas 31% do previsto ano passado. 15. Jul. 2013. **Contas abertas**. Disponível em: <
<http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/530>>. Acesso em: 07. Set. 2013.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das Relações Internacionais** – Correntes e Debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as nações**: A luta pelo poder e pela paz. Editora Universidade de Brasília – IPRI, 2003.

NYE JR, Joseph S. **O Futuro do Poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

PARRY, Roger. **A Ascensão da Mídia**: A história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 330-346.



CULTURA



literatura

O ser humano é um ser caótico

por Rodrigo dos Anjos

O ser humano é um ser caótico

Olhe para todos nós, dançando juntos.

Nossa natureza em preto e branco não esconde que mesmo quando tentamos nos organizar, vivemos no caos. Essa tentativa tola nada mais é que mais um grito no meio de nossa caótica natureza social.

São muitas individualidades nesse conjunto.

Como pode, que eu me perceba, que eu me escute e que eu ainda encontre alguém para me escutar no meio de tanto movimento? Tantos pulos ao meu redor. Tantos gritos. Tantos esbarrões. Tantas diferenças. Tanta igualdade. Como somos iguais em nossa miserabilidade. E então estamos todos aqui. Essas coisas ao meu redor, ao redor de cada um que me rodeia.

Como expressarei o que sou nesse caos? Nesse caos em que todos tentam fazer o mesmo e fazem tanta coisa diferente.

Porque está tudo em ordem nesse caos?

- Porque está tudo em ordem quando se está em caos.

Nos debatemos no ritmo do mesmo som. Mesmo som, mas ritmos diferentes. Nos olhamos. Nos esbarramos. Levantamos as mãos. Às vezes, combinamos os movimentos, nos tornamos brevemente iguais. Continuamos durante algum tempo repetindo os mesmos movimentos. Será que atrapalhamos quem não quer se movimentar como nós? Ou seríamos nós a sermos atrapalhados? Logo somos atrapalhados. O caos. Não se escapa dele. Mais uma vez não faremos os mesmos movimentos.

A reunião continua. Estamos sós. Juntos na mesma dança. Mas não sabemos se dançamos a mesma dança. Chutes. Pontapés. Nem todos temos um alvo. Não refletimos ódio. Outros sim. Mas não são a mesma coisa? São todas expressões de um interior individual. São reflexos dessa música que toca. São reflexos do que produzimos uns nos outros ao nos vermos dançar.

Olhe só. Mesmo nesse preto e branco, são roupas diferentes. Padrões diferentes. Listras, xadrez, muitas formas, poucas formas. Nos amamos. Nos odiamos. Nos ignoramos. Estamos todos aqui, dançando. A dança do caos.

Nós, porém, não enxergamos em preto e branco, enxergamos colorido. Na verdade, achamos ingenuamente que muitos do que dançam estão dançando a nossa dança. Na verdade, achamos que tudo que estamos fazendo tem um propósito. Sequer achamos que estamos a sós. Achamos até, que podemos realmente escutar uns aos outros por muito tempo.

Mas na verdade, é tudo preto e branco. Na verdade, é tudo caos.





CULTURA

Cálice

(Chico Buarque / Gilberto Gil)

Pai, afasta de mim este cálice
Pai, afasta de mim este cálice
Pai, afasta de mim este cálice
De vinho tinto de sangue (REFERÃO)

Como beber dessa bebida amarga?
Tragar a dor engolir a labuta?
Mesmo calada a boca resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa?
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira tanta força bruta

“REFRÃO” (IX)

Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoia
Atordoadado eu permaneço atento
Na arquibancada pra qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa

“REFRÃO” (IX)

De muito gorda a porca já não anda
(cálice)
De muito usada a faca já não corta
Como é difícil, (pai)pai, abrir a porta
(cálice)
Essa palavra presa na garganta
Esse pileque homérico no mundo
De que adianta ter boa vontade
Mesmo calado o peito resta a cuca
Dos bêbados do centro da cidade

“Cálice” uma das músicas mais “panfletárias” do Chico Buarque, somando-se o fato dele ter como parceiro a genialidade do Gil, fizeram uma grande obra. A análise é extensa por conta de que todos os versos vêm imbuídos de metáforas usadas para contar o drama da tortura no Brasil no período da ditadura militar”
(Sergio Soeiro)

De muito gorda a porca já não anda
(cálice)
De muito usada a faca já não corta
Como é difícil, (pai)pai, abrir a porta
(cálice)
Essa palavra presa na garganta
Esse pileque homérico no mundo
De que adianta ter boa vontade
Mesmo calado o peito resta a cuca
Dos bêbados do centro da cidade

(REFERÃO)

Talvez o mundo não seja pequeno
(cálice)
Nem seja a vida um fato consumado
(cálice)
Quero inventar o meu próprio pecado
(cálice)
Quero morrer do meu próprio veneno
(pai) (cálice)
Quero perder de vez tua cabeça
(cálice)
Minha cabeça perder teu juízo
(cálice)
Quero cheirar fumaça de óleo disel
(cálice)
Me embriagar até que alguém me esqueça
(cálice)

CINEMA | ANÁLISE

VIETNÃ: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE UMA GUERRA “POR VOCÊ, POR MIM”

Carolina Salles Abelha Futuro

“O Vietnam agora é uma vasta oficina da morte, nos campos da morte, o motor da vida gira ao contrário, não para sustentar a cor da iris, a tessitura da carne, gira ao contrário, a desfazer a vida, o maravilhoso aparelho do corpo, gira ao contrário das constelações, a vida ao contrário, dentro de blusas, de calças, dentro de rudes sapatos feitos de pano e palha, gira ao contrário a vida feita de morte”.¹

RESUMO

O presente artigo foi desenvolvido para a disciplina Cinema e Relações Internacionais, em relação ao tema do documentário *Corações & Mentas*, de Peter Davis (1974), tem por objetivo observar a participação norte-americana na Guerra do Vietnã, à luz da construção do discurso que conduziu os Estados Unidos da América a um conflito extremamente desgastante dos pontos de vista militar, econômico, político e, sobretudo, humano.

PALAVRAS-CHAVE

Vietnã. Guerra. Discurso. Propaganda. Nova ordem. Grande Área. Chomsky. Desenvolvimento independente.

O fim da Segunda Guerra Mundial deixou os Estados Unidos em uma posição incontestável no sistema internacional. Ainda que a União Soviética representasse um polo oposto, ideologicamente e militarmente, com seu arsenal nuclear, economicamente (ao menos) – sem mencionar que seu território não havia sofrido com o desgaste do conflito, como a URSS, além da Europa – os EUA possuíam 50% da riqueza mundial e controlavam os dois lados dos dois oceanos. Nunca na história uma nação teve um controle e uma segurança tão esmagadoras². Se antes mesmo da guerra, os EUA já eram a maior potência industrial, depois do conflito assumiram o papel de “armadores” do navio capitalista. Organizaram-no como desejaram: embarcaram nele todo o mundo ocidental (com

pequenas grandes exceções como Cuba) e o Japão, um “branco honorário”³, erigiram as instituições que ditariam a nova ordem do barco capitalista (GATT, FMI e Banco Mundial, a “Trindade Profana” de Ha-Joon Chang⁴), determinaram aqueles com quem dividiriam o convés e seriam beneficiados com a construção dessa nova ordem (Japão e Europa), delegando por fim o trabalho pesado dos porões ao Terceiro Mundo, o provedor dos esforços e doador dos sacrifícios. O mar da política internacional estaria assegurado sob o comando norte-americano.

Não contavam, entretanto, com grandes contestações em “terras aliadas”. A Indochina parecia, até o início das insurreições, garantida pela França. Desde então, a guerra colonial nessa península passou a contar com o apoio material norte-americano (suprimentos e armas) e com o treinamento de vietnamitas contra-insurgentes, a partir de 1950. Em 1954, os EUA eram responsáveis pelo financiamento de 78% dos gastos franceses na guerra com sua colônia na então Indochina. Malogrados os esforços, nesse mesmo ano a França foi derrotada pelo movimento de guerrilha Viet Minh que contou com apoio soviético e chinês.

De uma maneira geral, é aceito que a Guerra do Vietnã tenha sido, com a escalada do conflito no envolvimento definitivo dos EUA, um microcosmo da Guerra Fria.

A *détente* na década de 60, após a crise dos mísseis de Cuba, deslocou o eixo das tensões do Hemisfério Norte para o Terceiro Mundo (o Sul Global), emergindo como novo elemento das relações internacionais, no espectro dos processos de descolonização afro-asiática, desde a Conferência de Bandung, em 1955.

Este é o contexto da intensificação do conflito no Vietnã, com o envolvimento direto dos Estados Unidos, mas também o aprofundamento da ruptura entre os dois gigantes do mundo socialista, com a China desvinculando-se do bloco e do modelo soviéticos de desenvolvimento, buscando uma via própria de novos paradigmas econômicos e isolamento diplomático. Enquanto a *Pax Americana* se desgastava no mundo, Japão e Europa apresentavam um significativo dinamismo econômico e recuperação política internacional.⁵

Todos aprendemos, ainda no colegial, que o envolvimento norte-americano e soviético (majoritariamente) representaram “alívios” de tensões e intenções que não poderiam ser manifestadas pelo uso das bombas atômicas sem o custo da destruição mútua

¹ *Por você por mim* (1968) – poema de Ferreira Gullar em *Toda Poesia* (1950/1980), no ano em que os protestos na arte no Brasil ganharam mais força e, por isso, foram logo calados pelo AI-5. Curioso notar que tempos mais tarde seria evidenciada a participação da inteligência norte-americana no golpe de Estado que destituiria o governo de João Goulart – simpatizante das reivindicações de esquerda e defensor de uma via independente para o desenvolvimento – para que uma ditadura militar pró-americana (a princípio pelo menos) assumisse o controle de mais um país do Terceiro Mundo. Posto isto, não se pode deixar de notar a semelhança com o que veremos em seguida.

² Chomsky, p. 3

³ Chomsky, p. 6

⁴ Chang, p. 34

⁵ Vizentini, p. 184

assegurada, a loucura *MAD* que durou dos anos de 1950 à década de 90.

O que se vê mais tarde, contudo, é que a disputa ideológica não explica todo o envolvimento. As teorias “conspiratórias” trabalham com a ideia de que empresas americanas ganhavam com os dois lados do conflito, vendendo armamentos também para a União Soviética. Nem tanto ao céu, nem tanto à terra. O que de fato é incontestado é a necessidade de se produzir mercado para um grande motor da economia americana: o complexo militar-industrial. Nesse aspecto, é possível admitir sem as acusações conspiracionistas que os conflitos paralelos dentro da Guerra Fria tinham, além das motivações ideológicas, seu componente econômico. O próprio secretário de Estado de Eisenhower, John Foster Dulles, admite que a guerra na Indochina ameaçava o interesse americano nas “reservas vitais” de estanho e tungstênio obtidas com facilidade da França, naquela região.

Com efeito, para a Guerra do Vietnã, o componente ideológico teve peso decisivo. Isto, desde o início, quando do incidente com os dois destróieres norte-americanos no Golfo de Tonquim, o estopim da guerra⁶. A partir desse evento, em 7 de agosto de 1964 (cinco dias após os supostos ataques), o Congresso norte-americano aprovou por quase unanimidade a Resolução do Golfo de Tonquim, assinada pelo presidente Lyndon Johnson, o mesmo presidente que, internamente, avançava na temática social, com seu projeto da “Grande Sociedade”. O documento carregava já em seu nome o “motivo” que buscava conferir aos EUA a legitimidade de intervir no Vietnã contra os norte-vietnamitas sem uma declaração formal de guerra⁷. Legitimidade não é o mesmo que legalidade, mas a força da propaganda torna essa linha tênue quase imperceptível.

Em todas as guerras, a propaganda assume um papel fundamental, mas na do Vietnã, em especial, ela foi capaz de, em primeiro lugar, construir o discurso de legitimidade que conduziu os EUA, e seus filhos, a tomarem parte no conflito efetivamente e, em segundo lugar, sustentou sua permanência por dez anos, apesar do desgaste crescente.

Seus maiores valores, ou pelo menos os mais caros a seu povo, são aqueles descritos na Declaração da Independência dos Estados Unidos da América e perseguidos desde esse 4 de julho. A ética e a lógica protestantes já haviam conferido aos valores americanos a

condição de infalibilidade, ao assumirem o próprio Criador como Aquele que confere esses direitos inalienáveis. Assim, eximiram-se desde 1776 do peso de responder pelas conseqüências que a responsabilidade fundamental do Estado traria na defesa da vida americana, da sua liberdade e da busca pela felicidade⁸.

Aos poucos, os Estados Unidos construíram o discurso e o consenso internos de que o Vietnã (especialmente do Norte), pequenina província no Sudeste Asiático, ameaçava o *American way of life*. A construção do medo do perigo vermelho fez com que o ideológica e politicamente diferente fosse visto como vírus, como doença, pela sociedade americana em geral – já suscetível por natureza a crises de histeria, como o *macarthismo* de então.

Corações & Mentos – documentário de Peter Davis que inspira este artigo – explicita o afã anticomunista e a veemência da propaganda ao reproduzir cenas de *advertisements* – que mais pareciam advertências – transmitidos na época onde mães faziam seus filhos jurarem que não estavam “doentes de comunismo” e que nunca se deixariam contaminar por esse mal.

O discurso de Truman do documentário prega a visão de que o progresso dos Estados Unidos não se limita a seu país, mas a estendem a todos os outros países do mundo. A olhos inocentes, a tarefa de fazer o resto do mundo progredir pode parecer muito honrada e até altruísta, mas de perto não é possível crer na idoneidade da proposta norte-americana – principalmente quando se trata de uma grande potência, a maior do sistema internacional, especialmente do ponto de vista do Realismo clássico (todos os Estados comportam-se de maneira egoísta e auto-interessada, o sistema internacional é anárquico e competitivo, procura-se sempre a maximização dos ganhos e minimização das perdas e isso tudo dada a natureza humana má).

Noam Chomsky (crítico severo das aspirações norte-americanas) revela que em um memorando do Departamento de Estado dos EUA, de 1949, ao Terceiro Mundo cabia “executar sua principal função de fonte de matérias-primas e de mercado” para as sociedades industriais capitalistas⁹. Servia, portanto, para ser explorado na reconstrução do Japão e da Europa (aqueles que foram convidados a permanecer no convés do navio). Chomsky destaca que o memorando se referia especialmente às regiões do Sudeste Asiático e da África, embora todo o

⁶ Na *História*, as guerras são produzidas ao longo de anos, mas deflagradas em dias. Um exemplo é a Primeira Guerra, que tomou suas proporções mundiais com o assassinato do Arquiduque da Áustria-Hungria Francisco Ferdinando: o estopim de uma questão que já se arrastava com os anos de imperialismo, corrida armamentista, nacionalismo e militarismo das potências européias.

⁷ Os EUA entram de cabeça no Vietnã – 13 de agosto de 1964, Geral, p. 8, *Jornal O Globo*. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/os-eua-entram-de-cabeça-no-vietna-9660973>>

⁸ *We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty, and the pursuit of Happiness. That to secure these rights, Governments are instituted among Men, deriving their just powers from the consent of the governed. Declaração da Independência dos Estados Unidos da América. 4 de julho de 1776. Disponível em: <http://www.digitalhistory.uh.edu/learning_history/revolution/declaration_of_independence.cfm>*

⁹ Chomsky, p. 5



Terceiro Mundo servisse a esse propósito. Assim, fica evidente que a Guerra do Vietnã¹⁰

todas as direções mil flechas de aço / o bull-pup / procura o alvo com seus 200 / quilos de explosivos / o olho-de-serpente / pausa sobre uma casa e espera a hora certa de matar¹⁴

emergiu da necessidade de garantir esse papel de servicial. Os vietnamitas nacionalistas não quiseram aceitar isso e, portanto, tinham de ser esmagados. A ameaça não era a de que eles iriam conquistar alguém, mas que eles poderiam dar um exemplo perigoso de independência nacional, que inspiraria outros países na região.

Pior ainda, o comunismo mal contido pela França se espalharia e contaminaria, por efeito dominó, o restante do mundo, até chegar aos Estados Unidos – o mesmo princípio da teoria do dominó foi usado por Dean Acheson (secretário de Estado dos EUA no fim dos anos 40) para alertar que “uma maçã podre pode estragar todo o lote”¹¹. Logo, Chomsky reconhece que¹²

Como dito anteriormente, ao Terceiro Mundo coube o papel de fornecedor de matérias-primas, mercado e mão de obra barata, na nova ordem mundial do pós-guerra arquitetada pelos grandes vencedores, os EUA. O Departamento de Estado e o Conselho de Relações Exteriores dos EUA, ainda durante a Segunda Guerra, desenvolveram planos para o mundo pós-guerra em um limite que eles determinaram como a “Grande Área”, que deveria servir às necessidades da economia norte-americana. A Grande Área era composta pelo Hemisfério Ocidental, a Europa Ocidental, o Oriente, o antigo Império Britânico, o Oriente Médio (com suas ricas reservas energéticas) e o restante do Terceiro Mundo – praticamente todo o globo. “Esses planos foram sendo executados à medida que as oportunidades permitiam.”¹⁵

Se possível, é aconselhável fazer com que os militares locais destruam [o vírus do comunismo] para você. Se eles não puderem, você terá de contar com suas próprias forças. Isso é mais oneroso, e deselegante, mas algumas vezes você tem de fazer isso. O Vietnã foi um desses lugares em que tivemos de agir assim.

Entretanto, *Corações & Mentas* mostra como, apesar de todo o esforço na sustentação do discurso para a renovação sucessiva da participação norte-americana no conflito do Vietnã, as perdas de soldados americanos e os gastos com a guerra tornaram-na insustentável ao longo dos anos, aos olhos da sociedade norte-americana.

A princípio, como visto, tentou-se fornecer aos vietnamitas contra-insurgentes a capacidade de combater o próprio inimigo.

Para isso, contribuiu, e muito, a transmissão televisiva, com o ineditismo das imagens de choque e terror. A Guerra do Vietnã foi uma das primeiras a receber cobertura total da televisão, com fartura de imagens, o que a tornava cada vez mais real. Embora nos anos iniciais a Casa Branca tenha tentado mascarar os números e as perdas do conflito, levando a sociedade a acreditar que vinham vencendo cada batalha, não seria possível encobrir tudo por dez anos. Pelo menos até 1967, a televisão cumpriu seu papel de formadora de opinião e angariou o apoio da maioria silenciosa dos norte-americanos. John Shaw, correspondente do *Time* na guerra declarou que:

O real interesse norte-americano, muito mais do que aquilo que a propaganda dizia estar ameaçado pelo comunismo – o modo de vida americano, o “direito” de beber Coca-Cola, comprar um carro novo, ou outras coisas absurdas como não poder ter sua própria casa, mas ter que dividi-la com dez famílias pobres – era a “estabilidade”, para Chomsky. Estabilidade que queria dizer segurança para as classes dominantes e liberdade para as empresas estrangeiras. Se possível, o ideal seria alcançar essa estabilidade por meios democráticos formais (o que hoje chamamos *soft power*). Não logrando êxito no uso do poder brando, “a ameaça à “estabilidade” causada pelo bom exemplo [daqueles que buscaram uma via de desenvolvimento independente, como o Vietnã] tem de ser destruída, antes que o vírus infecte os outros. É por isso que, mesmo se a menor partícula causar tal perigo, ela tem de ser esmagada.”¹³

Durante anos, o corpo de imprensa no Vietnã foi minado pela Casa Branca e pelo Pentágono. Muitos editores americanos ignoravam as informações dos seus correspondentes no Vietnã, em favor da versão oficial de Washington. Entretanto, os Documentos do Pentágono provaram fartamente que as matérias enviadas pelos correspondentes em Saigon eram verdadeiras.¹⁶

Os americanos estão agora investindo muito no Vietnam / O Vietnam agora nada em ouro / e fogo / Bases aéreas / Arsenais / Depósitos de combustíveis / Laboratórios na rocha / Radar / Foguetes / A ciência eletrônica invade a selva / gases novos, armas novas / O lazy-dog / lança em

A partir de 1968, contudo, as imagens da televisão mostravam a escalada do inimigo e o início da derrota americana no campo de batalha, com números de mortos não vistos em outras guerras. Mortos vietnamitas, sim, mas

¹⁰ *id.*, p. 5

¹¹ *id.*, p. 11

¹² *id.*, p. 26

¹³ Chomsky, p. 11

¹⁴ Gullar, *Por mim, por você*

¹⁵ Chomsky, p. 5

¹⁶ Knightley, p. 475



principalmente seus filhos, esposos, parentes e amigos. O moral e orgulho americanos, acostumados a grandes heróis e personagens icônicos, sofreu um baque especialmente ao assistir a rendição de uma divisão inteira de Marines pela TV, seus combatentes tradicionalmente mais resistentes, seus “*tough guys*”. Ao final de seu mandato, Lyndon Johnson já havia enviado meio milhão de soldados americanos ao *front* de batalha.

Estima-se que, na época, as Forças Armadas americanas já haviam usado no pequeno país uma quantidade maior de bombas do que a empregada pelos Aliados durante toda a Segunda Guerra¹⁷. O sucessor de Kennedy não concorreu à reeleição, sendo Nixon o novo presidente dos EUA em 1968, cuja maior promessa de campanha era pôr fim à guerra e “trazer os meninos de volta pra casa”¹⁸.

*O Vietnam agora está cheio de arame farpado / de homens louros / farpados / armados / vigiados / cercados / assustados / está cheio de jovens homens louros / e cadáveres jovens / de homens louros / enganados*¹⁹

Não se pode deixar de mencionar o choque provocado pelas imagens do sofrimento causado aos vietnamitas, especialmente crianças, com o uso de agentes químicos e outras armas tão terríveis quanto. O napalm foi apenas um dos diversos veículos de terror no “combate ao inimigo” e as imagens de *Corações & Mentos* traduzem o desespero da população rural que perdeu o pouco que tinha nos bombardeios – sem que ao menos soubesse pelo que estava sendo punida.

A intensificação das pressões, como se sabe, levou a Casa Branca a retirar suas tropas e apoio material, deixando a guerra para as forças locais. O envolvimento dos Estados Unidos na guerra trouxe conseqüências também para a política norte-americana, como, por exemplo na renúncia de Nixon – apesar de o estopim ter sido o Caso Watergate (corrupção e espionagem na política interna).

Nixon já vinha sofrendo desgaste político pelas posições radicais e demonstração de que voltaria a intervir no Vietnã, caso as tropas do Norte atacassem novas bases,

¹⁷ Os EUA entram de cabeça no Vietnã – 13 de agosto de 1964, Geral, p. 8, Jornal O Globo. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/os-eua-entram-de-cabeca-no-vietna-9660973>>

¹⁸ “Bring the boys back home” era uma expressão bastante usada na época para clamar pelo retorno dos filhos, maridos, parentes e amigos combatentes de guerra para sua casa, nos Estados Unidos. A banda Pink Floyd lançou dez anos depois, em 1979, o single com esse mesmo título que unificou o álbum mais famoso da banda sempre crítica da manipulação americana de seus cidadãos, *The Wall*.

¹⁹ Gullar, Por mim, por você

o que foi embargado por uma lei do Senado em 4 de junho de 1973.

Anos depois, a sociedade norte-americana ganhou consciência sobre as meias-verdades que foram contadas pelas cinco administrações sucessivas do país que mascararam fatos e motivos – como aqueles que levaram à invasão do Laos e do Camboja – de decisões e prolongamentos da guerra, como mostram os depoimentos dos veteranos de guerra no documentário de Peter Davis.

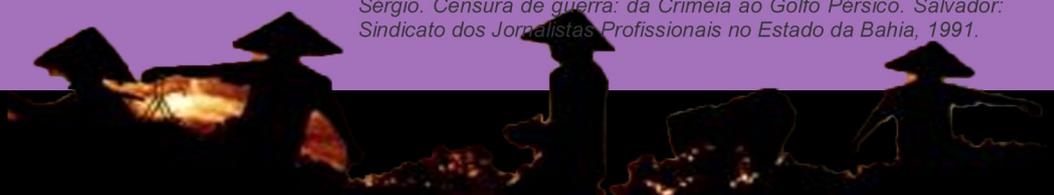
Entretanto, um depoimento em especial chama a atenção durante os 110 minutos de *Corações & Mentos*. É o do comandante das forças americanas no Vietnã, no período de 1964-1968, general William Westmoreland, que prolongou sua própria guerra até 1985. Ele aparece no documentário por diversas vezes, afirmando que teria sido possível vencer a guerra com um pouco mais de empenho e suporte da Casa Branca, o que o faz parecer um homem fora da realidade. Nos anos do conflito, Westmoreland foi acusado de ter falsificado os números da guerra, para mascarar o tamanho do efetivo dos inimigos e continuar contando com o envio de massas de soldados americanos.

O ex-comandante sustentou sua guerra pessoal porque estava movendo, nos tribunais americanos, uma ação indenizatória de 120 milhões de dólares contra a rede de televisão CBS. Ele cobrava a indenização como reparação por danos morais, por ter sido acusado, pela emissora, de falsificar o número real de soldados inimigos no Vietnã. Ex-auxiliares de Westmoreland no Vietnã confirmaram a acusação, explicando que o general diminuía o tamanho do exército inimigo para que os políticos em Washington se animassem a continuar investindo na guerra, em homens, armas, e dinheiro. Diante do provável fiasco da sua causa judicial, ele desistiu da ação.²⁰

Apesar da derrota norte-americana no objetivo imediato da guerra – impedir o avanço do comunismo no sul do Vietnã – Chomsky afirma que foi uma derrota parcial e essa visão é muito pouco explorada por aqueles que estudam a Guerra do Vietnã embora, de fato, seja consideravelmente consistente:

Ao contrário do que praticamente todos dizem – direita ou esquerda –, os Estados Unidos alcançaram seu objetivo na Indochina. O Vietnã foi destruído. Não há mais perigo ali de um desenvolvimento bem-sucedido poder servir de modelo para outros países da região. Logicamente, não foi uma vitória total para os Estados Unidos. Nossa grande meta – a de reincorporar a Indochina ao sistema global dominado pelos EUA – ainda não foi alcançada. Mas o nosso objetivo básico – o decisivo, o que realmente importava – foi o de destruir o vírus, e isso nós conseguimos. O

²⁰ Revista Veja, edição de 17 de abril de 1985. In: MATTOS, Sérgio. Censura de guerra: da Criméia ao Golfo Pérsico. Salvador: Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado da Bahia, 1991.



Vietnã é um país em desespero e os Estados Unidos fazem o que podem para mantê-lo assim. Em outubro de 1991, os Estados Unidos ignoraram mais uma vez os enérgicos protestos de seus aliados, na Europa e no Japão, e renovaram o embargo e as sanções contra o Vietnã. Os países de Terceiro Mundo devem aprender que não podem ousar levantar a cabeça. Senão, o valentão global os perseguirá incansavelmente por cometerem esse crime inconfessável.²¹

Chomsky termina seu ensaio com uma série de previsões (que trata em *O Futuro*, uma espécie de conclusão) onde afirma que qualquer sistema de poder, mesmo uma ditadura fascista, é sensível à dissidência da opinião pública e que isso também seria verdadeiro nos Estados Unidos onde, felizmente, o Estado não teria força para coagir o povo²². Pode ser que Chomsky repensasse essa frase anos mais tarde.

Em maio de 2012, foi publicada uma reportagem na Revista *Monthly Review* intitulada: *Obama pretende reescrever a história da Guerra do Vietnã*. Isto porque em seu discurso após a assinatura da proclamação que estabelecia a Comemoração do 50º Aniversário da Guerra do Vietnã, destinada a perdurar treze anos (desde o Dia da Memória de 2012 até o Dia dos Veteranos de 2025) sob a responsabilidade do Departamento de Defesa dos EUA, Obama declarou que “a Guerra do Vietnã representou uma vergonha nacional, uma desgraça que nunca deveria ter acontecido”. Entretanto, “vergonha nacional” para o presidente dos Estados Unidos refere-se ao fato de que:

o retorno das tropas norte-americanas nem sempre foi "saudada em casa", elas muitas vezes foram "culpadas pelas malfetorias de uns poucos" e foram "por vezes denegridas" – apesar do fato de terem feito enormes sacrifícios numa guerra que "não começaram",²³

Assim, não houve referências às atrocidades cometidas por sucessivos governos, às mortes de quase 4 milhões de vietnamitas e quase 60 mil soldados americanos, aos massacres, como o da aldeia vietnamita de My Lai, que chocaram o mundo, ao uso de armas químicas, aos lançamentos de duas vezes mais bombas do que em toda a Segunda Guerra por ambos os lados e ao emprego indiscriminado e desproporcional da máquina de guerra mais potente do mundo contra populações rurais, crianças e aldeias.

Atualmente, diversos analistas em várias áreas apontam para uma possível crise de hegemonia norte-americana após o episódio de 11 de setembro de 2001 e talvez a recontagem da história por Obama tenha esse

sentido de resgate dos valores e do sentimento de superioridade norte-americanos.

Desde Gramsci, hegemonia se constrói com força e consenso. Força que os Estados Unidos não perderam desde o fim da Segunda Guerra, mas consenso que precisa ser reconstruído após a perda de credibilidade com as “guerras preventivas” de Bush, com sua forte reação à derrubada das Torres Gêmeas. Reconstrução do consenso desejado pela Casa Branca, seja ele resgatado ao preço de recontar a história omitindo fatos, alterando outros, a qualquer preço, como já aconteceu em outras ocasiões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHANG, Ha-Joon. Maus Samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHOMSKY, Noam. O Que O Tio Sam Realmente Quer. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

KNIGHTLEY, Phillip. A Primeira Vítima. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1978.

MATTOS, Sérgio. Censura de Guerra: da Criméia ao Golfo Pérsico. Salvador: Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado da Bahia, 1991.

Notes from the editors. *Monthly Review* Volume 64, Number 4 (September 2012)

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Desenvolvimento e Segurança na Ásia-Pacífico: problemas e perspectivas, da Pax americana ao pós-guerra fria. *Revistas Eletrônicas FEE*, v. 23, n. 4, 1996. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/issue/view/46>>

FILMOGRAFIA

Corações & Mentas, produção e direção de Peter Davis, 1974

²¹ Chomsky, p. 27

²² id., p. 46

²³ Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2012/09/01/mr-064-04-2012-08>>



Communications/Rendez-vous
Mitteilungen/Tagungen
Comunicazioni/Incontri
Comunicacion/Reunion

COSM[O]PORTUNIDADES

COSM[O]PORTUNIDADES

por NICOLE ABREU E JULIA BITTENCOURT

#AIESEC

A organização

A AIESEC é uma organização internacional não-governamental e sem fins lucrativos gerida e integrada fundamentalmente por estudantes universitários com o fim de causar impacto no mundo através de experiências de desenvolvimento da liderança. “A AIESEC envolve pessoas de diferentes formações culturais, religiões e interesses, porém todos com o objetivo único de se desenvolverem a fim de se tornar um agente positivo de mudança.” Hoje a maior organização mundial de estudantes facilita atividades de liderança por meio de intercâmbios corporativos e voluntários, promovendo um ambiente educativo global nos 113 países nos quais está presente. A sigla AIESEC vem do francês e significa “Association internationale des étudiants en sciences économiques et commerciales” A ideia da organização surge em 1930, mas é interrompida com o início da Segunda Guerra Mundial, tendo continuidade nos países escandinavos neutros e sendo fundada oficialmente em 1948 com o fim do conflito. A AIESEC nasce pela iniciativa de seus próprios membros, utilizando o intercâmbio de jovens como instrumento para se atingir o objetivo de ultrapassar divisas culturais e assim promover novas fontes de cooperação entre os países. Assim, sua missão inicial era “expandir o entendimento das nações ao expandir o entendimento dos indivíduos, mudando o mundo uma pessoa de cada vez”.

VISÃO

A AIESEC visa a paz e o preenchimento das potencialidades humanas.

MISSÃO

Possibilitar que os jovens descubram e desenvolvam seus potenciais de liderança para causar um impacto positivo na sociedade, através das oportunidades de liderança, intercâmbios profissional e voluntário e participação em um ambiente global de aprendizagem.

VALORES

Ativar Liderança:

Nós lideramos pelo exemplo e inspiramos liderança através da ação e de resultados. Nós tomamos toda a responsabilidade pela nossa função de desenvolver o potencial das pessoas.

Demonstrar Integridade:

Nós somos consistentes e transparentes em nossas decisões e ações. Nós satisfazemos nosso comprometimento e trabalhamos de forma coerente com a nossa identidade.

Viver a Diversidade:

Nós procuramos aprender através dos diferentes modos de vida e opiniões representados em nosso ambiente multicultural. Nós respeitamos e encorajamos a contribuição de todo indivíduo.

Desfrutar da Participação:

Nós criamos um ambiente dinâmico pela nossa participação ativa e entusiástica. Nós desfrutamos da experiência que estamos vivendo e da nossa participação na AIESEC.

Buscar a Excelência:

Nós procuramos atingir o mais alto nível de qualidade em tudo que fazemos. Através da criatividade e inovação, nós buscamos sempre o melhor.

Agir Sustentavelmente:

Nós agimos de maneira sustentável para a nossa organização e a sociedade, nos preocupando sempre com todos os tipos de recursos necessários para as nossas atividades. Nossas decisões levam em conta as necessidades das gerações futuras.

COSM[O]PORTUNIDADES

A organização

A AIESEC é uma organização internacional não-governamental e sem fins lucrativos gerida e integrada fundamentalmente por estudantes universitários com o fim de causar impacto no mundo através de experiências de desenvolvimento da liderança. “A AIESEC envolve pessoas de diferentes formações culturais, religiões e interesses, porém todos com o objetivo único de se desenvolverem a fim de se tornar um agente positivo de mudança.” Hoje a maior organização mundial de estudantes facilita atividades de liderança por meio de intercâmbios corporativos e voluntários, promovendo um ambiente educativo global nos 113 países nos quais está presente. A sigla AIESEC vem do francês e significa “Association internationale des étudiants en sciences économiques et commerciales” A ideia da organização surge em 1930, mas é interrompida com o início da Segunda Guerra Mundial, tendo continuidade nos países escandinavos neutros e sendo fundada oficialmente em 1948 com o fim do conflito. A AIESEC nasce pela iniciativa de seus próprios membros, utilizando o intercâmbio de jovens como instrumento para se atingir o objetivo de ultrapassar divisas culturais e assim promover novas fontes de cooperação entre os países. Assim, sua missão inicial era “expandir o entendimento das nações ao expandir o entendimento dos indivíduos, mudando o mundo uma pessoa de cada vez”.

VISÃO

A AIESEC visa a paz e o preenchimento das potencialidades humanas.

MISSÃO

Possibilitar que os jovens descubram e desenvolvam seus potenciais de liderança para causar um impacto positivo na sociedade, através das oportunidades de liderança, intercâmbios profissional e voluntário e participação em um ambiente global de aprendizagem.

VALORES

Ativar Liderança:

Nós lideramos pelo exemplo e inspiramos liderança através da ação e de resultados. Nós tomamos toda a responsabilidade pela nossa função de desenvolver o potencial das pessoas.

Demonstrar Integridade:

Nós somos consistentes e transparentes em nossas decisões e ações. Nós satisfazemos nosso comprometimento e trabalhamos de forma coerente com a nossa identidade.

Viver a Diversidade:

Nós procuramos aprender através dos diferentes modos de vida e opiniões representados em nosso ambiente multicultural. Nós respeitamos e encorajamos a contribuição de todo indivíduo.

Desfrutar da Participação:

Nós criamos um ambiente dinâmico pela nossa participação ativa e entusiástica. Nós desfrutamos da experiência que estamos vivendo e da nossa participação na AIESEC.

Buscar a Excelência:

Nós procuramos atingir o mais alto nível de qualidade em tudo que fazemos. Através da criatividade e inovação, nós buscamos sempre o melhor.

Agir Sustentavelmente:

Nós agimos de maneira sustentável para a nossa organização e a sociedade, nos preocupando sempre com todos os tipos de recursos necessários para as nossas atividades. Nossas decisões levam em conta as necessidades das gerações futuras.

COSM[O] PORTUNIDADES

Talentos Globais

O intercâmbio corporativo da AIESEC permite ao seu candidato realizar atividades remuneradas em empresas no exterior e vivenciar novas culturas e aprender e aprimorar novas línguas, tendo assim a oportunidade de se desenvolver profissional e pessoalmente.

O intercambista poderá vivenciar a realidade de uma empresa internacional, onde é possível desenvolver novas técnicas de gestão e habilidades de adaptabilidade, além de promover a globalização de seu conhecimento.

O candidato deve ser graduando, pós-graduando ou formado em até dois anos, ter entre 18 e 30 anos de idade e nível avançado em inglês ou espanhol. A AIESEC nesse tipo de intercâmbio também prove suporte na procura de vagas, no período de duração do programa, e na adaptação cultural.

Esse tipo de intercâmbio tem duração de três meses a um ano e abrange as áreas de gestão, engenharia, relações internacionais, tecnologia e educacional. Seus principais destinos são países como Índia, China, Colômbia, Alemanha e Turquia.

Jovens Líderes

A AIESEC é composta por universitários voluntários que dedicam-se à tarefa de tornar possível esse intercâmbio de jovens e o consequente desenvolvimento humano e a integração das nações. Seus membros têm a oportunidade de adquirir experiência de time, aprendizado profissional, integração cultural e internacional e em gestão empreendedora ao estar em contato frequente com candidatos, intercambistas e com os próprios membros da organização, além de ter a capacidade de assumir riscos e iniciativa.

Sua atuação abrange as áreas de vendas, seleção, comunicação e marketing, finanças e gestão de pessoas. Todas essas oportunidades permitem que o participante adquira maior responsabilidade, seja relacionada ao contato com organizações, possíveis candidatos ou gestão financeira, além de promover o desenvolvimento de inteligência emocional e visão empreendedora. Cada área tem suas próprias funções e divisões internas.



JULIA BITTENCOURT, 20 ANOS **“GRADUANDA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFF”**

Logo quando comecei a estudar na UFF uma veterana me apresentou pela primeira vez a AIESEC, uma organização que, para dizer o mínimo, tem tudo a ver com Relações Internacionais e com o que eu gosto. A oportunidade de trabalhar com intercambistas, de estar em contato direto com pessoas em diversos países e falando diferentes línguas foi algo que chamou muito a minha atenção, mas o que realmente me conquistou foi a “entrevista de emprego” super descontraída e o ambiente de trabalho que mais parece uma reunião de amigos. Todos me receberam muito bem e me ajudavam em tudo que eu precisava, e todos os fins de semana tinham algum programa com o pessoal da AIESEC. Foi com a AIESEC que descobri que trabalho e obrigações pode também ser divertidos e que tudo fica mais fácil quando se trabalha em conjunto.

Eu era parte de GCDPi, a área que trabalha com a recepção de jovens que vêm fazer trabalho voluntário no Brasil. Só tive a oportunidade de participar de um projeto, o Gira Mundo, e por meio deste nós trouxemos ao Rio 21 intercambistas de vários países que trabalharam em cinco diferentes ONGs que lidam com crianças. Para mim foi inesquecível a sensação de fazer parte de algo tão extraordinário, a noção de que eu realmente fui uma das responsáveis por tornar essa experiência possível tanto para os intercambistas quanto para as crianças. Sabe aquela sensação incrível de orgulho? O orgulho que eu tenho hoje é pelos jovens que vieram fazer a diferença, pelas crianças que aprenderam tanto com eles e por mim, que aprendi que eu posso fazer muito mais do que pensava, que posso fazer parte de um impacto tão positivo sobre tantas pessoas. Não vou dizer que foi fácil, mas hoje sei que a AIESEC e as pessoas que conheci lá mudaram a minha visão sobre o mundo e sobre mim mesma.

ABAIXO A DITADURA
= POVO NO PODER =



#TORTURA NUNCA MAIS

INEST | UFF - RELAÇÕES INTERNACIONAIS

● **COSMOPOLITICO** ●

 /ocosmopolitico

 @ocosmopolitico

 issuu.com/ocosmopolitico